

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO ATRAVÉS DA
HISTÓRIA E SUA PERCEPÇÃO PELO TRABALHADOR DE HOJE

Edite Krawulski

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 1 991

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO ATRAVÉS DA HISTÓRIA E
SUA PERCEPÇÃO PELO TRABALHADOR DE HOJE"

EDITE KRAWULSKI

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Administração (Área de Concentração: Administração Pública) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Francisco Gabriel Heidemann, PhD.

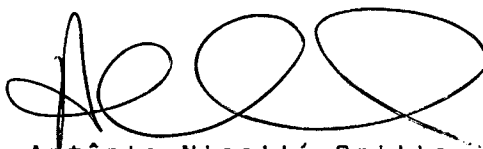
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos

Professores:



Francisco Gabriel Heidemann, PhD.



Antônio Nicollió Grillo, Dr.



José Francisco Salm, PhD.

A identidade de uma pessoa transcende, em grandeza e dignidade, tudo o que ela possa fazer ou produzir; cabe enxergar que os homens não se identificam perfeitamente com suas obras, e têm uma carência de respeito acima delas.

Suzana Albornoz

Ao Paulo Renato, meu esposo e
companheiro das horas fáceis e
difíceis;

AGRADECIMENTOS

De março de 1987 até agosto de 1991, parte substancial do meu viver foi dedicada a este Curso de Mestrado em Administração. Ao concluí-lo, após um legado de conhecimento, um impulso no crescimento pessoal e principalmente uma gama de reflexões e inquietações suscitadas, sinto o desejo de externar agradecimentos às seguintes pessoas e instituições:

- ao Curso, na pessoa de seu Coordenador, professor Dr. Francisco Gabriel Heldemann, e de seu corpo docente e técnico-administrativo, pela acolhida e apoio;
- ao meu orientador, Professor Heldemann, pela sabedoria transmitida em nossos contatos;
- ao CNPQ, pela bolsa de estudos concedida durante o primeiro ano de curso;
- aos professores Ubiratan Rezende, Alberto Cupani, João Benjamin e José Carlos Zanelli, por extrapolarem seu papel de transmissores de conhecimentos e estimularem continuamente a prática do diálogo e da reflexão;
- ao professor Pedro Barbeta, do Departamento de Ciências Estatísticas e da Computação, pela presteza e objetividade com que me auxiliou na pesquisa empírica;
- às professoras Dulce Penna Soares, do Departamento de Psicologia, e Terezinha Michels, do Departamento de Língua e Literatura Vernácu-

las, pelo empenho em pesquisar e fornecer-me valioso material bibliográfico;

- à professora Lúcia L. Flores, do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, pela competência na revisão da redação;

- ao professor Júlio Quelroz, pela grandeza de seu pensamento e disponibilidade na indicação de bibliografias;

- ao pessoal do NAPPO e NUPEAU, pela atenção e auxílio, especialmente ao Otto, por sua inesgotável paciência em iniciar-me e sanar-me as dúvidas na parte computacional;

- aos colegas de turma, especialmente os mais abertos a trocas: Raquel, Maria Augusta, Marcelo, Bete, Maria Lúcia;

- às bibliotecárias Maria Goreti M. Savi e Cláudia Romani, pela revisão das referências bibliográficas;

- ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, pelo fornecimento de mapas e dados que subsidiaram a realização da pesquisa empírica;

- à Fátima Vera Martins, minha auxiliar de pesquisa, pela dedicação com que conduziu seu trabalho;

- aos respondentes da pesquisa, pela imensa colaboração prestada;

- ao Departamento do Pessoal da UFSC, do qual sou funcionária, na pessoa de sua Diretora, Bel. Maria Teresa G. K. Ribeiro, pela compreensão em conceder-me afastamento parcial para conclusão do curso, e particularmente aos colegas de trabalho da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, pelo constante interesse, estímulo e apoio;

- a todas as pessoas que me facilitaram a vida durante este período;

- a um Deus que existe e sem o qual nada teria sido possível!

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICO.....	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Definição do problema da pesquisa	4
1.2 Objetivos e estrutura da pesquisa.....	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA.....	7
2.1 Que é o Trabalho ?.....	7
2.1.1 Origens e significados da palavra.....	8
2.1.2 O conceito de trabalho.....	12
a) Características e aspectos principais.....	13
b) A influência da Igreja.....	15
c) Objetivos do trabalho.....	17
2.2 O trabalho através da história.....	19
2.2.1 Pré-história: surgimento dos primeiros vestígios de trabalho e da agricultura.....	20
2.2.2 Antiguidade: diversificação das atividades e ocorrência da escravidão.....	24
2.2.3 Idade Média: predomínio da vida rural e origens da riqueza..	31
a) O regime feudal.....	32
b) Declínio do feudalismo: o comércio, os artesãos e o sistema de corporações.....	36

2.2.4 Idade Moderna: bases da Revolução Industrial, instalação do capitalismo e adoção do trabalho assalariado.....	40
a) A Revolução Industrial, seus antecedentes e suas consequências	42
b) A adoção do trabalho assalariado.....	49
2.3 O trabalho hoje.....	55
2.3.1 Principais modificações ocorridas.....	55
2.3.2 Conseqüências.....	59
2.4 Perspectivas para o "mundo do trabalho".....	63
 METODOLOGIA.....	 69
2.1 Perguntas da Pesquisa.....	69
2.2 Caracterização da Pesquisa.....	70
2.3 Delimitação da Pesquisa.....	71
2.4 Definição de Termos e Variáveis.....	72
2.5 Dados.....	73
2.5.1 Tipos de Dados.....	73
2.5.2 Técnicas de Coleta de Dados.....	74
2.5.3 Instrumento da Pesquisa.....	75
2.5.4 Técnicas de Análise dos Dados.....	76
2.5.5 Limitações da Pesquisa.....	77
 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	 78
2.1 Pesquisa na história.....	78
2.2 Pesquisa empírica.....	83
2.2.1 Caracterização dos respondentes.....	83
a) Sexo.....	84
b) Estado civil.....	84

c) Data de nascimento.....	85
d) Grau de Instrução.....	85
e) Município de origem.....	86
f) Posse ou vivência em casa própria.....	87
g) Renda mensal aproximada.....	88
h) Ocupação principal.....	89
i) Empregado ou autônomo.....	90
j) Tempo de serviço.....	91
2.2 Percepção de trabalho encontrada.....	93
3 Pesquisa empírica à luz da pesquisa na história.....	97
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	100
1 Conclusões.....	100
2 Recomendações.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	115
Anexo 1 (Carta de Apresentação).....	116
Anexo 2 (Entrevista Estruturada).....	118
Anexo 3 (Categorização das afirmações da Entrevista Estruturada- categorias sócio-econômico-cultural e filosófico-pessoal- profissional.....	121

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICO

QUADRO 01 - Evolução histórica do trabalho - Comparação das atividades, caráter do trabalho e significado predominante nos diferentes períodos históricos.....79

QUADRO 02 - Perspectivas para o trabalho quanto a atividades, caráter e significado predominante.....83

TABELA 01 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo o estado civil.....84

TABELA 02 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo a idade.....85

TABELA 03 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo o grau de instrução.....86

TABELA 04 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo o município de origem.....86

TABELA 05 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo a posse ou vivência em casa própria.....88

TABELA 06 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo a renda mensal aproximada.....	89
TABELA 07 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo o caráter da ocupação principal.....	90
TABELA 08 - Distribuição de freqüência dos respondentes segundo o tempo de serviço.....	91
GRÁFICO 01 - Perfil das Respostas dos Entrevistados, segundo a catego- ria das afirmações.....	94

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo qualificar o conceito de trabalho através da história e na sociedade atual, verificando se seu significado hoje constitui produto de sua evolução histórica.

As preocupações com o assunto surgiram da constatação de que o trabalho configura-se como a atividade humana predominante, e da necessidade de buscar as origens desta excessiva valorização, verificando, também, se é possível, através dele, o alcance da auto-realização, entendida como a consecução das metas pessoais, e em que medida essa auto-realização pode concretizar-se através do trabalho.

Para tanto, adotou-se uma perspectiva histórica a partir da qual se sistematizou um conjunto de informações que poderão propiciar uma melhor compreensão da relação das pessoas com seu trabalho e da sua postura perante ele, além de fornecerem subsídios à realização de novos estudos sobre o tema em questão.

A pesquisa consistiu de um intenso levantamento bibliográfico, através do qual se procurou identificar o significado do trabalho nos arranjos sociais dos diferentes períodos da história, a influência de determinados fatos históricos na definição dos seus objetivos e os elementos comuns apresentados pelo fenômeno, ao longo de sua prática; e de uma pesquisa empírica, realizada junto a trabalhadores residentes no município de Florianópolis, vinculados ou não ao mercado formal de trabalho, com o intuito de levantar a sua percepção sobre o trabalho.

A convergência dos dados obtidos permitiu traçar algumas perspectivas à atual concepção de trabalho, a partir do referencial teórico utilizado e da percepção expressa pelos trabalhadores entre-

vistados.

Este estudo tem caráter exploratório, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na pesquisa empírica, sendo que, nesta última, os dados foram coletados através de entrevista estruturada e tratados de forma predominantemente qualitativa.

Os resultados obtidos demonstram o conceito atual de trabalho, configurado claramente como produto de uma evolução histórica, na qual determinados acontecimentos, dentro de contextos muito específicos, provocaram um direcionamento no sentido da valorização predominante do fator econômico como justificativa para o trabalho, concebido como algo penoso e negativo.

No entanto, em termos de perspectivas, evidenciou-se, tanto teórica quanto empiricamente, uma inquietação com relação a esta concepção herdada historicamente, e que se traduz numa tentativa de retorno à significação do trabalho como fonte de realização integral da pessoa.

ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss the various ways work has been perceived throughout history and in present-day society in order to determine whether or not its current meaning derives from its historical evolution.

The idea of engaging in such a study has its roots (1) in the observation that work is the predominant human activity and (2) in the need to explain the privileged status work enjoys in our lives. The research also tries to verify whether work may lead individuals to self-fulfillment, i.e., to the achievement of their personal goals.

The information which could offer a better understanding of people's relationship with, and attitude toward their work was systematized according to a historical perspective. It is believed that this information will contribute significantly to the development of further research on the topic.

The study consisted of two parts: (1) intense bibliographic research, through which we tried to identify the meaning of work in the various social arrangements at different times in history; the influence of historical events on the setting up of objectives; and the common elements presented by the phenomena in actual practice; and (2) an empirical research carried out among workers--all of them residents of Florianopolis, SC--with the intention of determining their way of perceiving work. These workers were not necessarily active in the formal job market.

Based on the theoretical studies and on the data made available by the interviews of workers, it was possible to establish certain perspectives about the way work is perceived nowadays.

This study is of an exploratory nature, both with regard to the bibliographical and empirical research involved. The data of the empirical research were gathered through structured interviews and dealt with in a predominantly qualitative form.

The results show that the present-day concept of work can be clearly characterized as a product of historical evolution, in which certain events, within very specific contexts, led to a perception that the only justification for work, as a rule regarded as something painful and negative, was the economic factor.

It also became clear, however, both theoretically and empirically, that a certain apprehension exists in relation to this historically inherited conception. This apprehension can be translated as an attempt of individuals to recover, through a shift of emphasis in the way of valuing human activities, the meaning of work as source of fulfillment.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho figurou como ocupação básica da humanidade há muitos milênios, até tornar-se fator de produção, com o advento da Revolução Industrial, o que levou as teorias econômicas e sociais a se debruçarem sobre ele maciçamente, sobretudo nos últimos dois séculos. Tomando como ponto de partida, entre outros, os estudos de Adam Smith, Marx e Ricardo, outras áreas da Ciência Social passaram igualmente a estudá-lo, a partir das últimas décadas do século XIX, o que demonstra que os estudos sistematizados a respeito do trabalho constituem uma tarefa moderna.

A ciência administrativa, que, ao longo de sua breve existência, tem-se esforçado em estudar e compreender a vida humana em sua forma organizada, procura conhecer sistematicamente o modo pelo qual o homem garante sua sobrevivência e se relaciona com o trabalho, fenômeno este que, desde os primórdios da existência humana, tem sido o fomentador e o intermediador da sua relação com a natureza.

Segundo Drucker (1981), uma das tarefas da administração consiste em tornar o trabalho produtivo e o trabalhador realizado, pois só há desempenho nas organizações através do trabalho.

No entanto, é preciso verificar que trabalho é este e de que forma ele vem acontecendo. Neste sentido, as teorias econômicas clássicas procuram situar o papel do trabalho na produção social e sua relação com a riqueza. Porém, de acordo com Guerreiro Ramos (1952), a eficiência do trabalho está condicionada por fatores de natureza não só econômica, mas também política, moral e social.

No intuito de contribuir singelamente para a ampliação dos questionamentos da teoria administrativa a respeito do assunto, este estudo pretende extrapolar o ângulo econômico pelo qual o trabalho é usualmente visto e ir além, situando-o no processo de auto-realização humana, pois, como afirma Schumacher (1980), ele possui um lugar tão central na vida humana que é impossível concebê-la sem a sua presença(*). Tão expressivo é este papel que Mansholt (apud Tamames, 1983) situa "o sentido do trabalho humano" entre os problemas a serem analisados pela Comunidade Econômica Européia.

De acordo com Gomez et al. (1987), o processo de trabalho tal qual hoje o conhecemos é histórico, pois as formas que vão assumindo as relações de trabalho também o são. Para os autores, é necessário examinar a evolução do trabalho humano através de uma perspectiva histórica, pois não se trata de uma concepção homogênea ou uma vaga idéia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver. Se o fenômeno inicialmente garantia ao homem sua sobrevivência, aos poucos, foi se sofisticando em sua forma e, conseqüentemente, se modificando em seu conteúdo e objetivos.

Para Friedmann e Naville (1973), o trabalho constitui traço específico da espécie humana, que ainda hoje se ocupa essencialmente com trabalho, denominador comum e condição de toda vida humana em sociedade. De modo semelhante, Hannah Arendt (1987) afirma ser ele uma capacidade humana, permanente, que não pode ser irremediavelmente perdida enquanto não se alterar a própria condição humana.

(*) Esta e as demais referências ao fator econômico, excetuando-se as de Schumacher, são feitas no sentido econômico-formal.

Este estudo tem como tema o exame da evolução do conceito de trabalho, levantando seu significado em diferentes momentos históricos, com seus contextos específicos, e verificando sua concepção no presente. As preocupações que conduziram à sua realização residem, por um lado, na crença em que os acontecimentos de modo geral e, particularmente, o trabalho em suas condições e formas atuais possuem uma historicidade que os influenciou e conduziu e, por outro, em indagações despertadas em decorrência da submissão a um modelo educativo que sobrepõe o trabalho a quaisquer atividades.

A investigação ora apresentada limitou-se a examinar os fundamentos do trabalho e as condições históricas que o acompanharam, conduzindo-o ao seu estágio atual. Do ponto de vista da ciência administrativa, esta proposta contribui para o estabelecimento de uma relação mais compreensiva com o homem de nossos dias e para um entendimento mais apurado das formas e razões pelas quais trabalha, e sua relação com o trabalho, além de fornecer subsídios à realização de novos estudos sobre o tema em pauta.

Face a um fenômeno de tal amplitude e complexidade, pareceu indispensável adotar um ponto de vista estritamente histórico, de modo a obter uma visão global de sua evolução. Como o tema foi estudado dentro de um período histórico amplo, teve tratamento bastante condensado dentro de cada período.

As fontes utilizadas para este exame são, naturalmente, de ordem diversa, variando enormemente no seu caráter intelectual, político e ideológico. Atravessou-se a distância entre passado e presente, com o pressuposto de que, pela análise das sociedades do passado, percebendo como resolviam de fato seus problemas sócio-econômicos, se possa compreender mais claramente o momento presente, resultado deste

processo evolutivo.

A verificação das formas predominantes pelas quais o trabalho se processou nos diferentes momentos históricos permitiu constatar o quanto elas identificam e sedimentam a ordem social vigente. As formas básicas de trabalho encontradas foram o trabalho livre, a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado.

Constatou-se que as modificações em relação ao trabalho, decorrentes das mudanças históricas, conduziram-no ao estágio atual, onde seu fim não reside mais apenas na obtenção da sobrevivência, mas, graças a este estágio evolutivo alcançado, o que se requer hoje e para o futuro do trabalho é que ele proporcione também o bem-estar e a auto-realização. Tanto os teóricos do assunto quanto os trabalhadores inquiridos sobre sua percepção do trabalho voltam-se para esta direção. Em nossos dias, o trabalho continua sendo o organizador principal da vida humana, mas o caráter penoso a ele atribuído durante muito tempo vai sendo, aos poucos, rejeitado, traduzindo uma mudança radical no conceito e em suas práticas.

1.1 Definição do problema da pesquisa

Tendo em vista as colocações feitas anteriormente, foi definido o seguinte problema de pesquisa: até que ponto a concepção de trabalho, nos dias atuais, pode ser considerada produto de sua evolução histórica desde os mais antigos estágios da vida humana associada? Esta indagação permitiu verificar a presença da historicidade na evolução do trabalho humano, mostrando como suas manifestações atuais decorrem de formas anteriores e remetem a novas tendências.

1.2 Objetivos e estrutura da pesquisa

O objetivo geral da presente pesquisa é qualificar o conceito de trabalho através da história e na sociedade atual, verificando se seu significado hoje constitui produto de sua evolução histórica.

Os objetivos específicos propostos foram os seguintes:

- identificar o significado do trabalho no contexto societário dos diferentes períodos da história da qual se tem registro;
- examinar a influência de alguns fatos históricos para o desenho dos objetivos do trabalho;
- estabelecer um "continuum" evolutivo da concepção do trabalho desde a antigüidade até o momento atual;
- proceder a um levantamento sobre a percepção do trabalho junto a trabalhadores vinculados ou não ao mercado formal de trabalho;
- traçar perspectivas à atual concepção do trabalho.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos nos quais se procura analisar o assunto em questão, visando alcançar os objetivos acima propostos.

No primeiro capítulo procurou-se apresentar a definição do problema, os objetivos da pesquisa e sua relevância no contexto da área.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórico-empírica do estudo. Com base na literatura consultada, que aborda a evolução histórica do conceito de trabalho, algumas das perguntas da pes-

quisa puderam ser respondidas.

O terceiro capítulo comporta a metodologia utilizada na presente pesquisa, sua caracterização e delimitação, bem como a forma pela qual os dados foram obtidos e analisados.

No quarto capítulo estão contempladas a apresentação e a análise dos dados obtidos com a pesquisa bibliográfica, que examinou os dados históricos sobre o trabalho, e com a pesquisa empírica, que levantou a percepção do trabalho dos trabalhadores de Florianópolis.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões a que se chegou com a pesquisa realizada, bem como algumas recomendações para novas pesquisas.

No final da obra, encontram-se as referências bibliográficas consultadas e citadas ao longo do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

2.1 Que é o Trabalho ?

Esforço empreendido na consecução de um fim, o trabalho é uma atividade tão antiga quanto o empenho do homem em obter a satisfação de suas necessidades, garantindo, assim, sua sobrevivência e a da espécie.

De acordo com Sávtchenko (1987:3), "o trabalho do homem, as suas condições e seus resultados são o objeto de estudo de diversas ciências. As ciências naturais estudam o aspecto psicológico e fisiológico do trabalho e as sociais analisam-no como um fenômeno sócio-econômico".

Para Rolle (1971), é a economia política a primeira ciência constituída do trabalho, e a que dele se ocupa de uma forma mais essencial, estudando, basicamente, seu aspecto econômico.

Albornoz (1988:13), por sua vez, afirma que "conforme as diferentes disciplinas das ciências naturais e sociais onde a palavra é utilizada, trabalho às vezes se distancia daqueles significados fundamentais do termo, que nos parecem transparentes em nossa linguagem comum". A autora lembra que, em Física, por exemplo, denomina-se "trabalho" o produto entre força e deslocamento de um corpo em movimento no tempo. Para a Fisiologia, um músculo realiza "trabalho", e em Sociologia também se fala em "trabalho", ainda que quase sempre no contexto da divisão do trabalho social.

Assim, dada a relevância do estudo do trabalho sob o ponto de vista das diversas ciências, objetiva-se, no âmbito do presente es-

tudo, examinar o fenômeno sob os seus mais diversos aspectos, proposições e características disponíveis na literatura, a fim de se obter uma visão globalizadora. Para tanto, num primeiro momento, serão revistos a origem da palavra, seu significado e seu conceito, possibilitando, posteriormente analisá-lo detidamente nos diversos momentos históricos, a partir da pré-história até a época atual.

2.1.1 Origens e significados da palavra

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho possui muitos significados, quase sempre conotando a ação do homem para sobreviver e realizar-se.

Segundo Bueno (1988)^{v. 8 p. 4.020}, trabalho é um termo masculino que, em sua forma substantiva, quer dizer: exercício, aplicação de energia física em algum serviço, numa profissão, ocupação, mister, ofício, labuta, esforço; esmero, cuidado, dedicação, feitura de uma obra; a própria obra já executada; livro, compêndio; escultura, pintura; aflição, sofrimento; parto.

Etimologicamente, a literatura evidencia que a maioria das línguas da cultura européia apresenta mais de uma significação para trabalho.

No grego, "érgon" significa ação, obra, coisa feita pelo exercício da ação, em oposição a "aergie" (lazer). Já "argein" quer dizer estar em lazer, sem nada para fazer, e "ponos" significa pena, fadiga, trabalho fatigante. Tem-se, então, uma palavra para fabricação, outra para esforço, e uma terceira traduzindo o ócio, em oposição a trabalho.

O latim clássico distingue entre "laborare", a ação do labor, e "operare", que corresponde a "opus", obra. "Laborare" significa trabalhar, laborar, executar, empenhar-se em algo, e também sofrer, padecer, estar doente, estar em dores de parto, cansar-se, fatigar-se, sucumbir. "Opus" refere-se a obra, trabalho, mas tem, também, a conotação de penas e riscos. A palavra "opera", do latim vulgar, originou o português/espanhol "obra", o italiano "opera" e o francês "oeuvre".

O francês distingue entre "travaillier" e "ouvrier" ou "oeuvre", além de "tâche", que significa tarefa; em italiano existe "laborare" e "operare", e o espanhol apresenta "trabajar" e "obrar".

No inglês, é evidente a distinção entre "labour" e "work"; esta última documentada desde o século X, expressando algo que se faz ou foi feito, ação, produto da ação de uma pessoa, criação, coisa feita manualmente.

Em alemão distingue-se entre "Arbeit" e "Werk", sendo que a raiz Indo-européia "Werg" é atribuída a idéia de trabalho ou ação produtiva.

Faz-se necessário ressaltar que, considerando os fins deste estudo, as origens e significados da palavra trabalho foram levantados apenas em línguas Indo-européias, tendo em vista que estas originaram as línguas das quais descende a maior parte daquelas que hoje são faladas na Europa e nos países por ela colonizados, em decorrência, no Brasil. No entanto, segundo consta na Enciclopédia Mirador Internacional (1989), tudo leva a crer que não existe uma raiz Indo-européia comum para a palavra trabalho, e cada uma das línguas desenvolveu o conceito por si própria, isoladamente ou em pares, conceito este que se associa, ora a uma noção de ação, ora à de produto, ora à de sofrimento e padecimento, ora à de peso e carga.

Em todas as línguas indo-européias e, conseqüentemente, em suas derivadas, contudo, as palavras equivalentes a "labor" possuem conotação de dor, atribulação, esforço e cansaço, enquanto "work" ou "Werk" representam criação (ALBORNOZ, 1988; ARENDT, 1987).

Analisando as sociedades antigas, Anderson (1982:28) confirma esta dualidade de sentido, ao afirmar que "o divórcio entre o trabalho material e a esfera da liberdade era tão rigoroso que os gregos não tinham na sua língua uma palavra que expressasse sequer o conceito de trabalho, quer como função social quer como conduta pessoal".

Hannah Arendt (1987) afirma que todas essas palavras das línguas européias, etimologicamente diferentes, designam, para nós, hoje, uma mesma atividade, sendo usadas, portanto, como sinônimas.

Em português encontram-se as palavras labor e trabalho como sinônimas: no entanto, na palavra trabalho estão igualmente implicados os dois significados: a realização de uma obra expressiva, criadora e permanente, por um lado, e o esforço rotineiro, repetitivo e consumível, por outro. Em nossa língua, a palavra trabalho originou-se do latim vulgar "tripallium", embora seja, às vezes, associada a "trabaculum". "Tripallium" era um instrumento feito de três paus aguçados, com pontas de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los. Os dicionários, porém, registram "tripallium" apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois de seu uso na agricultura. Associa-se também à palavra trabalho o verbo do latim vulgar "tripalliare", que significa justamente torturar. Portanto, é da utilização desse instrumento como meio de tortura que a palavra trabalho significou, por muito tempo e até os dias atuais, padecimento, cativoiro e castigo (ALBORNOZ, ¹⁰²1988; BUENO, 1988; FERREIRA, [s.d.]). Porém, segundo Albornoz assinala, este sentido

teria perdurado até inícios do século XV, após o quê, teria sido gradativamente abandonado, como resultado de um processo evolutivo no qual, da idéia de sofrer, passou-se para a de esforçar-se, até chegar à de trabalhar simplesmente.

No entanto, é de se supor que o sentido atribuído originalmente ao termo exerça influência até o momento atual, conferindo ao trabalho o caráter penoso que, de modo geral, se lhe atribui. A despeito da conotação predominante em decorrência de suas origens, em nossos dias, a palavra trabalho é empregada em inúmeros sentidos, nas mais diversas circunstâncias. Por trabalho pode-se entender, por exemplo, o esforço aplicado à produção de utilidades ou obras de arte, o conjunto das discussões e deliberações de uma sociedade ou assembléia, o serviço de uma repartição burocrática, os deveres escolares dos alunos ou mesmo o processo de nascimento de uma criança (trabalho de parto).

Com uma variação em seu sentido, de atividade e exercício a dificuldade e incômodo (dar trabalho, passar trabalho ...), pode-se afirmar que todo trabalho supõe tendência para um fim (inclusive o trabalho formal traduzido pelo sinônimo "emprego", cujo fim, para o empregado, é a retribuição financeira que lhe garanta a subsistência, e para o empregador, é o lucro, o resultado do trabalho), e esforço para que este fim seja alcançado, o que proporciona grande riqueza a este conceito, que passará a ser analisado a seguir.

2.1.2 O conceito de trabalho

— Considerado em sua mais ampla aceção, o trabalho pode ser concebido como o exercício da atividade humana, quaisquer que sejam a esfera e a forma sob as quais esta atividade seja exercida. Muitos autores, ao conceituá-lo, enfatizam o fato de que também os animais, a seu modo, o realizam, mas o trabalho animal, como o das formigas ou das abelhas, é produto de comportamentos instintivos, enquanto o que caracteriza o trabalho humano é a adaptação a situações imprevistas e a fabricação de instrumentos, bem como o fato de ele ser consciente e proposital, na medida em que o resultado do processo existe previamente na imaginação do trabalhador (BRAVERMAN, 1987; FRIEDMANN, 1973).

Moser [s.d.] e Cunha (1987) identificam o trabalho como a forma predominante das ações humanas, um processo que tem início na mente, onde é pensado e planejado, e termina na efetiva execução material. Com efeito, a literatura o qualifica como uma das mais antigas experiências humanas, a qual, conforme poderá ser verificado na retrospectiva histórica feita na seção 2.2, evoluiu através dos tempos, de acordo com circunstâncias históricas, adotando formas específicas e adquirindo crescente complexidade e tecnicidade, características do trabalho sistematizado da era industrial e seu elenco de empregos. O conceito aqui estudado reflete as abstrações, simbolizações e concepções equivalentes a este fenômeno que os homens, em um determinado momento, experimentaram e adotaram, e em torno do qual a vida coletiva se organiza nos dias atuais, sem data para entrar em desuso ou em extinção.

a) Características e aspectos principais

Como toda ação humana, o trabalho, via de regra, tem seu ponto de partida na insatisfação. A extração, criação, produção ou transformação dele decorrentes ocorrem porque há uma privação, uma necessidade, cuja satisfação é um passo num processo de sucessivas necessidades.

A necessidade é a mais evidente das características do trabalho apontadas pelos autores que o conceituam, quase que justificando sua existência. Dentro deste entendimento, o homem trabalha porque precisa, para garantir sua sobrevivência, como afirma Sávtchenko (1987:4): "o trabalho é um companheiro inseparável do homem, pois ele é uma necessidade objetiva da sua vida".

Alguns estudiosos assinalam uma outra característica marcante do trabalho: a organização, num quadro social, da relação do homem com a natureza. Defensor deste pensamento, Marx analisou vigorosamente esta relação na atividade de trabalho, pois, para ele, antes de tudo, o trabalho é um ato que se passa entre o homem e a natureza. De modo semelhante, Rolfe (1971:116) afirma que o trabalho "designa a relação da coletividade com a natureza". Friedmann (1973) vai mais longe, afirmando que a relação dinâmica entre o homem e a natureza tem sido a fonte na qual os pensadores, desde há muito tempo, têm procurado a definição do trabalho. Para Fromm (1976), o trabalho não é, para o homem, apenas uma necessidade inevitável; é também seu libertador em relação à natureza, já que, no processo de moldá-la e alterá-la, ele se molda e se modifica a si mesmo.

Não obstante o conceito de trabalho formulado através do seu caráter relacional homem-natureza, as necessidades para cuja satisfa-

ção se trabalha originam-se em um aspecto de ordem biológica, segundo o qual o instinto de conservação do indivíduo e da espécie o impele a adquirir os meios de satisfazer suas necessidades vitais.

No entanto, um outro aspecto, de ordem psicológica, faz com que o homem, no processo de satisfação de suas necessidades primárias, através dos frutos do seu trabalho, alcance sua auto-realização em alguma proporção. Determinadas experiências, por exemplo, não seriam vivenciadas se ele não realizasse esse trabalho (PIMENTA, 1955; SCHOECK, 1985).

Os aspectos biológico e psicológico, em conjunto, conferem ao trabalho um caráter sociológico, na medida em que indivíduos e grupos se congregam no esforço comum, favorecendo, a um só tempo, o progresso e os vínculos de cooperação e solidariedade, uma vez que o trabalho, além de gerar os artefatos necessários à subsistência do homem, engendra a vida social, sendo simultaneamente por ela determinado (FERRETI:1988). Assim entendido, contribui, efetivamente, não apenas para a manutenção e o desenvolvimento das condições materiais de existência da sociedade, traduzidas em necessidades humanas básicas como alimentação, vestuário e proteção contra intempéries, que deverão ser satisfeitas, mas também no sentido de garantir e perpetuar as condições sociais de existência dos indivíduos que, biológica e psicologicamente, compõem a estrutura social. Em outras palavras, é requerido do trabalho que sirva às necessidades humanas e as satisfaça em seus diferentes e progressivos níveis.

Para a maioria dos economistas liberais, contudo, a característica principal do trabalho, enquanto comportamento essencialmente humano, é sua utilidade, aspecto que se faz presente a partir do momento em que ele passa a ser visto como fator de produção, ao lado da

natureza e do capital, e, conseqüentemente, como criador de riquezas. Nesta linha, Colson (apud FRIEDMANN, 1973:20) declarou que "o trabalho é o emprego que faz o homem das suas forças físicas e morais para a produção de riquezas ou serviços". De modo semelhante, Rolle (1971:35) afirma que

"nenhuma definição, nenhum estudo do trabalho poderá ignorar o seu aspecto econômico, quaisquer que sejam a maneira como o interpretamos e a importância que lhe concedemos. O trabalho é, por essência, criador de riquezas e desempenha na nossa sociedade o papel de um princípio de distribuição de rendimentos."

Com efeito, na economia industrial capitalista dos últimos dois séculos, o trabalho passou a ser definido em função da produção social. Dito de outro modo, ele deve ultrapassar o nível de subsistência, produzindo um excedente suscetível de transformar-se em riqueza. Enquanto criador de riquezas, subordina-se, portanto, a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas que determinam sua execução e organização e que são produto de relações sociais (GÓMEZ, 1987; OLIVEIRA, 1987).

No entanto, a supremacia do seu aspecto econômico faz com que o trabalho seja visto apenas como um meio de garantir a subsistência e de produzir cada vez mais riquezas, num processo cumulativo.

b) A Influência da Igreja

A Igreja sistematicamente tem se manifestado, em seus escritos, a respeito do trabalho, ainda que nem sempre com a mesma conotação. Na tradição judaico-cristã, ele é considerado como labuta penosa, maldição à qual o homem está condenado pelo pecado, fruto de sua desobediência. Assim é que a Bíblia o apresenta como castigo e meio de ex-

placção do pecado original, ao expressar, no Gênesis: "Comerás o pão com o suor do teu rosto".

As Santas Regras de São Bento também tiveram grande influência na concepção do trabalho, baseando-se na necessidade de salvação do homem e de sua aproximação a Deus, através dele. É dessa forma que os beneditinos, colocando em prática seu lema "ora et labora" ("reza e trabalha"), tiveram papel decisivo na reconstrução da Europa após a queda do Império Romano.

Com o advento da reforma protestante, o trabalho é uma vez mais fortalecido como chave da vida. Então, manter-se por meio dele é um modo de servir a Deus. As profissões passam a ser vistas como fruto de uma vocação, e o trabalho, o caminho religioso para a salvação. Para a ética do trabalho protestante de Martinho Lutero, trabalhar árdua, diligente e abnegadamente equivale a cultivar a virtude.

No século XIX, a encíclica RERUM NOVARUM, assinada pelo Papa Leão XIII, proclama o trabalho um modo de expressão direta da pessoa humana, não devendo o Estado deixá-lo à mercê do jogo automático das leis do mercado, como uma mercadoria, mas ampará-lo pelos critérios de Justiça e equidade.

As preocupações da Igreja com o trabalho e suas conseqüentes manifestações a respeito guardam, "grosso modo", consonância com os respectivos contextos sócio-econômico-políticos, já que são históricas suas estreitas ligações com o poder dominante.

No entanto, à parte estes conceitos, o trabalho tem sido considerado, entre moralistas e filósofos, por uns, como um mal necessário ou uma fonte de sofrimentos; por outros, uma fonte de alegria e de prazer e, ainda, por outros, uma necessidade imposta ao homem pela própria natureza, ou um dever imposto pela sociedade.

c) Objetivos do trabalho

Além de propiciar a realização do homem como ser biológico, o trabalho traz, em seu bojo, um outro objetivo, qual seja, o de favorecer esta realização no nível espiritual-psicológico. Para o alcance deste segundo objetivo, contudo, é necessário que ele seja simultaneamente meio e fim: meio, na medida em que o seu produto provê a subsistência individual e a produção social; e fim, enquanto puder proporcionar, em algum grau, a auto-realização e o crescimento dos indivíduos enquanto seres humanos.

À vista disso, é fundamental que os diferentes aspectos do trabalho sejam considerados, pois contribuem para desvendar o seu significado na sociedade atual e os problemas que engloba. Hannah Arendt (1987), por exemplo, o inclui entre as três atividades fundamentais integrantes da "vita activa", que significa exatamente um engajamento ativo nas coisas deste mundo; os outros dois componentes são o labor ("labor") e a ação ("action"). Ela diferencia o trabalho do "labor", afirmando que, enquanto este último é imposto ao homem pela necessidade, o primeiro rege-se pelo critério da utilidade. "O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano (...); o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, que produz um mundo "artificial" de coisas ..." (p. 15). Para sustentar esse argumento, assim se expressa:

"Ao contrário do processo de trabalhar, que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, o processo do labor move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim das "fadigas e penas" só advém com a morte desse organismo" (p. 109).

Desta forma, enquanto o labor assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie, o trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A diferenciação apresentada pela autora evidencia ser o trabalho, mais que o mero labor, o meio de realização dos objetivos mencionados anteriormente, já que ele contempla não só o esforço, mas também o seu resultado.

Também Guerreiro Ramos (1981:130), ao apresentar sua conceitualização, estabelece uma distinção, desta feita entre trabalho e ocupação, sendo o primeiro "a prática de um esforço subordinada às necessidades objetivas ...", e a segunda, "a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal".

Ao estabelecer essas distinções, esses dois autores estendem o conceito de trabalho para um outro sentido em sua execução, a dimensão criadora, que certamente possibilita aos indivíduos sua auto-realização e, deste modo, amplia os seus objetivos, dimensão que não é buscada ou valorizada pelo liberalismo econômico, ao qual interessa simplesmente o labor humano. Ao conceito de trabalho analisado por Hannah Arendt ("work") corresponde o sentido atribuído a ocupação por Guerreiro Ramos, enquanto a labor corresponde o sentido do trabalho na concepção liberal.

Opondo-se ao caráter utilitarista, Schumacher (1980) afirma estar subjacente ao sistema de trabalho do homem, seu sistema de valores: o trabalho de uma pessoa é uma das mais decisivas influências formativas de seu caráter e de sua personalidade, tendo em vista o lugar central que ocupa na vida humana. Ele identifica três fins ou objetivos para o trabalho humano: produzir bens e serviços necessários e úteis, permitir a utilização e o aperfeiçoamento dos talentos naturais

e habilidades, e servir aos demais, colaborando com eles, para a libertação do egocentrismo Inato.

A grande questão que este autor coloca, e sobre a qual desenvolve sua reflexão e análise, é quanto ao que qualifica de tarefa decisiva para nossos dias, qual seja, a de como poder realizar um trabalho criativo e satisfatório, ganhar a vida dignamente e viver de um modo apropriado, preocupação constante, aliás, também em Guerreiro Ramos e em Hannah Arendt, citados anteriormente.

Independentemente dos conceitos atribuídos ao trabalho pelos diferentes autores, ou do sentido que lhe subjaz, é fundamental a preocupação apontada por Schumacher, se considerarmos que ela norteia diversos estudos sobre o trabalho nos dias atuais. Um conceito amplo de trabalho - que proporcione a satisfação das necessidades, mas que também dê espaço à busca da auto-realização - é que será adotado aqui, encarando-o como a ocupação com qualquer atividade voltada a um fim específico, remunerada ou não, vinculada ou não ao mercado formal de trabalho.

Antes de examinar o significado do trabalho no contexto atual, é necessário que se trace uma retrospectiva histórica, verificando a influência de alguns fatos históricos sobre sua evolução, o que se procederá a seguir.

2.2 O trabalho através da história

Segundo Oliveira (1987), a história do trabalho tem início quando o homem busca os meios de satisfazer suas necessidades. Essa busca se reproduz historicamente, para que se garanta a sua sobrevi-

vência. A satisfação vai sendo atingida, e as necessidades ampliam-se a outros homens, contribuindo para a criação das relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho.

A crença nesta condição funcionou como forte estímulo a toda a retrospectiva que se passará a apresentar em seguida, até chegar à análise do fenômeno do trabalho em nossos dias.

2.2.1 Pré-história: surgimento dos primeiros vestígios de trabalho e da agricultura

O período pré-histórico abrange toda a época anterior a 4.000 a.C., desde o aparecimento dos primeiros seres humanos, por volta de um milhão de anos atrás, como resultado da evolução dos hominídeos, na Era Cenozóica. Para Oliveira (1987), aí podem ser encontrados os primeiros vestígios do que hoje é definido como trabalho, mais precisamente no período Neolítico, nas chamadas "comunidades tribais", tidas como representantes da última etapa das sociedades sem classes, dotadas de formas primitivas de economia (caça, pesca, criação, formas rudimentares de agricultura).

De acordo com Nougler (1974), as formas elementares do trabalho foram criadas vinte ou quinze milênios antes de nossa era, e só suas formas de execução se alteraram e se diversificaram, já que o trabalho é próprio do homem. Segundo ele, há um milhão de anos, no entanto, no começo do pleistoceno, viveram os "australopitecos", os mais antigos tipos de 'homo faber' conhecidos. Toma como argumento para esse ponto de vista, os desenhos encontrados em grutas da África Austral, que podem ser associados aos mais antigos utensílios do mundo e

as mais antigas formas de trabalho. Para Nougler, porém, o passo decisivo da transição da animalidade ao homem ocorre no momento em que o australopiteco atrita duas pedras entre si, com o fim de romper uma delas, fazendo-a mais afilada ou cortante. Toda a técnica humana, que chega a etapas como a desintegração atômica ou às viagens interplanetárias, tem aí sua origem, podendo este ser considerado o primeiro símbolo do trabalho. O "verdadeiro trabalho", no entanto, começará com a transmissão assegurada desse gesto - muitas vezes perdido - garantindo-lhe sua continuidade e, com ela, as possibilidades de aperfeiçoamento. Essa transmissão eleva o homem a um escalão definitivo e irreversível, acima do mundo animal estável dos antropóides, e é o verdadeiro nascimento do trabalho, que é considerado por Durant (1955) como o primeiro e principal elemento de civilização dos povos.(*)

No entanto, até mais ou menos 500.000 anos atrás, os homens continuaram vivendo em cavernas e alimentando-se dos animais e plantas que encontravam ao seu redor, numa dependência total daquilo que a natureza oferecia. Era uma atitude meramente extrativa, característica do nomadismo, mas que já constituía uma forma de trabalho.

Com efeito, Cipolla (1977:18) afirma que, desde o aparecimento do homem na terra até sua forma evolutiva atual (*homo sapiens*), há aproximadamente meio milhão de anos,

"durante milênios ele viveu como animal predatório. Caçar, pescar, colher frutos silvestres e matar outros homens para alimentar-se foram durante longo tempo as únicas maneiras pelas quais podia assegurar-se os ne-

 Os elementos seguintes, mencionados pelo autor, são o governo, a moralidade, a religião, a ciência, a filosofia e a literatura.

cessários meios de subsistência. (...) Com o correr do tempo, técnicas e habilidades particulares foram inventadas e aperfeiçoadas - cortar a pedra, fabricar armas especiais, construir elementos de transporte - porém tudo dentro da estrutura geral da economia predatória. (...) Apenas recentemente - em algum lugar, de algum modo - ocorreu a primeira grande revolução econômica: a descoberta da agricultura e da domesticação dos animais."(*)

Confirma-se aqui, na descrição cronológica da diversidade das ações do homem para garantir os meios necessários de subsistência, o aspecto evolutivo do trabalho referido por Nougier, em páginas anteriores.

Se por volta do ano 10.000 a.C. toda - ou quase toda - a população humana do planeta ainda vivia da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, a partir de 8.000 a.C., aproximadamente, a caça começa a perder sua onipotência, com as conseqüências de alterações climáticas que foram tornando o clima mais temperado e úmido, o que veio ocasionar novas ocupações e recursos. Assim, o mundo vegetal recobra sua importância. Conseqüentemente, a agricultura e a domesticação dos animais começam a se desenvolver no Oriente, com a ocorrência do processo de aragem da terra e das primeiras colheitas de cereais.

O cultivo de plantas como processo importante de trabalho começa a partir de 5.000 a.C., no Oriente e invade o Ocidente; assim, entre 4.500 e 2.000 a.C., uma economia agrícola desenvolve-se na região européia, estendendo-se, aos poucos, por todo o mundo. A agricultura fixou o homem ao solo, transformando-o em sedentário, e tornou-se sua atividade fundamental, dada a necessidade de produzir alimentos que viessem suprir o esgotamento do "estoque" natural.

 (*)A propósito, o autor divide a história econômica mundial em três etapas: a sociedade primitiva, a agrícola e a industrial, às quais correspondem respectivamente três tipos básicos de organização econômica: caçadora, primitiva e industrial.

A modificação mais importante na vida do homem pré-histórico foi, sem dúvida, essa transição de coletor para agricultor, tendo também contribuído para isso, o seu estabelecimento em regiões férteis, no decorrer do processo de sedentarização.

O exame do trabalho na pré-história, com seus aspectos relevantes, suas características e atividades típicas, e sua evolução, evidenciou representar ele, à época, um esforço apenas complementar ao ritmo da natureza, pois, durante milênios, limitou-se a garantir a reprodução biológica da espécie humana. A coleta, em que o homem arrancava os frutos das árvores e as raízes da terra para se alimentar, pode ser considerada a fase mais antiga da atividade humana, já que o homem pré-histórico trabalhava visando a alimentação imediata e a manutenção: todos ocupavam-se da mesma atividade, de modo a garantir a sobrevivência da espécie. A atividade básica foi, durante muito tempo, a caça, e, como estágio consecutivo ao que se poderia chamar de economias isoladas, surgiu a agricultura, trazendo em seu bojo algum nível de organização para o trabalho.

A caça, a pesca e o pastoreio vieram não apenas diversificar o trabalho humano, mas possibilitar seu progresso, na medida em que o homem começou a fabricar instrumentos de trabalho. Com o pastoreio, que exigiu o cuidado com as pastagens para alimentação dos rebanhos, o homem foi conduzido, aos poucos, à atividade da agricultura, e a terra passou a ser, então, o grande laboratório e a base da sociedade.

Segundo alguns historiadores, a agricultura surgiu por força das mulheres, que teriam forçado seu desenvolvimento inicial e colaborado para a superação do nomadismo dos povos caçadores, à medida que se negavam a partir, em razão da maternidade e assistência à prole. Assim, sentiam necessidade de fazer uso da natureza de forma mais efe-

tiva. Talvez, nesse momento, o trabalho tenha sofrido sua primeira divisão, segundo a qual o plantio ficou sob a responsabilidade da mulher, cabendo ao homem a caça. Estas atribuições certamente tiveram influência da mística e crenças sobrenaturais que vigoravam à época, que associavam a mulher ao mundo vegetal e o homem ao mundo animal. Como ela era geradora de vidas, deveria gerar também alimentos, numa divinização do ato de plantar (ALBORNOZ, 1988; DURANT, 1955; NOUGIER, 1974).

2.2.2 Antigüidade: diversificação das atividades e ocorrência da escravidão

De acordo com Finley (1973:132), igualmente a antigüidade caracterizou-se pela produção agrícola, que esteve ligada à propriedade de terras. Para sustentar esse argumento, assim se expressa o autor: "(...) muita da população do mundo antigo vivia da agricultura, de uma forma ou de outra, e ela própria reconhecia ser a terra a fonte principal de todo o bem, material e moral". Para Finley, no entanto, os antigos não tinham o conceito de uma "economia" e não possuíam os elementos conceptuais que, em conjunto, constituem o que se chama hoje "a economia". Não havia uma obrigação de "progredirem" materialmente; as atividades eram discutidas e registradas, porém não as combinavam numa unidade ou num subsistema diferenciado de sociedade. Com isso, estabelecia-se uma diferença relacionada com a estrutura da sociedade antiga, na qual inexistiu a "conglomerção de mercados interdependentes" que caracteriza a economia moderna.

A terra, por exemplo, não era vista como um investimento para a maximização de rendimentos (lucros), mas antes como segurança, moralidade e "status". "O investimento na terra (...) nunca foi na antigüidade uma questão de decisões sistemáticas e calculadas, daquilo a que Weber chamava racionalidade econômica" (op. cit., p. 160).

Os gregos distinguiam entre o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesão e a atividade livre do cidadão que discutia os problemas da comunidade. O trabalho na terra possuía, originalmente, para eles, valor e prestígio, pois estabelecia um elo com a divindade, que rege a fertilidade da terra e os ciclos naturais. De modo semelhante, entre os artesãos, na antigüidade, a divisão do trabalho existia com vistas à qualidade do produto e por causa da diversidade das capacidades e dons, e não visando à produtividade. "Para o pensamento antigo é a finalidade que dá sentido e comanda o conjunto da atividade produtiva. A causa real da fabricação não está na vontade ou na força do artesão, mas fora dele, no produto feito, no fim a que se dirige a atividade" (ALBORNOZ, 1988:45). Para esta forma de pensamento, o homem só agia livremente quando sua ação nada gerava além dela mesma. O ideal do homem livre era antes o do usuário que o do produtor, e a questão que prevalecia era a do bom uso das coisas, e não sua transformação pelo trabalho.

A distinção entre os diversos níveis do trabalho humano dava-se, para os gregos, num contexto social e cultural em que os espaços doméstico e público se separavam radicalmente. Existia o espaço da casa, o "domus", e o espaço da "polis", a cidade, sendo que nesta última se efetivava a democracia dos iguais, dos cidadãos livres, que decidiam pelo debate os seus negócios. Portanto, o exercício da palavra e a discussão dos problemas comuns e não o trabalho eram ativida-

des significativas para o homem livre.

Segundo Finley (1973), não havia em grego nem em latim uma palavra que exprimisse a noção abstrata de trabalho ou o seu conceito como "uma função social geral". A natureza e condições de trabalho, na antigüidade, excluía a possibilidade do aparecimento de tais idéias gerais, bem como da idéia abstrata de classe trabalhadora.

De modo semelhante, Polanyi (1980) assinala que, como regra, o sistema econômico era absorvido pelo sistema social, e que a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é a de que a economia do homem antigo estava submersa em suas relações sociais. Desse modo, os bens materiais eram valorizados na medida em que serviam a seus propósitos, porém nem o processo de produção nem o de distribuição estavam ligados a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens.

Segundo Theis (1988), nas cidades-estado gregas, a necessidade era um fenômeno característico da organização do lar privado; a atividade dominante era a agricultura, voltada para a sobrevivência; a economia rural era limitada e o trabalho não se estendia muito além do grupo de vizinhos. A atividade do trabalho possuía uma natureza econômica, porém apenas no sentido de que, com ela, lograva-se obter os meios de subsistência. O caráter econômico era, então, estritamente relacionado com a subsistência individual e com a sobrevivência da espécie.

Oliveira (1987) afirma que, apesar de existirem poucas informações mais detalhadas, fica mais ou menos nítida uma distinção entre terras públicas e privadas na formação antiga da Grécia, e, conseqüentemente, nas formas de organização do trabalho no período. A estrutura social dominante era basicamente de produção agrária, e em seu

Interior desenvolvia-se o artesanato doméstico, para atender às necessidades locais. A plebe romana do século V a.C. era, na sua origem, agricultora, enquanto a tradição patricia assentava-se na pecuária. Já o desenvolvimento da agricultura mercantil em Atenas, articulado com a circulação da moeda, a partir do século VII a.C., estimulou as atividades artesanais e comerciais da cidade.

Os povos da antigüidade oriental igualmente tiveram a agricultura como base econômica, porém também a pecuária, a pesca, o artesanato e o comércio eram praticados. O trabalho aí realizado era fundamentalmente compulsório, com mão-de-obra pouco diversificada, ligada às comunidades aldeãs. A organização do trabalho rural dessa época não é bem conhecida, mas sabe-se que prevaleceu a cooperação na produção. O camponês encarrega-se de todas as atividades: ara, semeia, limpa, colhe, transporta; fabrica o vinho, o pão, a cerveja; caça, pesca e cuida do gado; faz artesanato doméstico, produzindo artigos em madeira e pedra; em alguns casos cuida da apicultura. A vida urbana dessa época, aldeã, depende estreitamente da economia rural, sendo as aglomerações urbanas extensões do campo. O trabalho urbano reúne trabalhadores diversos, ocupados em atividades ligadas à produção de artigos de couro, madeira e pedra, além da metalurgia (ouro, prata e bronze), em pequenas oficinas.

Com o desenvolvimento da agricultura, os homens descobriram no plantio uma nova fonte de alimentos para si e seus filhos, e começaram a se multiplicar em processo acelerado. A expansão numérica levou à conquista de novas áreas para cultivo, originando, junto com o trabalho de plantio, a noção de propriedade e produto excedente, aquele que não era imediatamente consumido. O produto excedente foi gradativamente gerando uma classe ociosa, e a propriedade, tal como se en-

contra em estágios posteriores da evolução econômica, separa-se do trabalho, a ponto de estabelecer-se a desapropriação total de quem trabalha pelo suposto direito de propriedade do ocioso. Nesse contexto insere-se a prática da guerra, que transforma os povos conquistados em produtores comprometidos com a entrega de seus excedentes aos donos da terra.

De acordo com Polanyi (1980), as sociedades ditas "primitivas" e "arcaicas" sofreram uma transformação histórica particular, na qual ocorreu a supressão de um sistema econômico por outro. De repente um esquema econômico, de caráter singular e destrutivo, passou a dominar e controlar o tecido institucional e social, diferentemente do que ocorria nas sociedades antigas, para as quais, segundo Finley (1973: 202),

"o progresso técnico, o desenvolvimento econômico, a produtividade e mesmo a eficiência não foram objetivos significativos desde o início dos tempos. Enquanto se podia manter um estilo de vida aceitável, qualquer que fosse a sua definição, a cena era dominada por outros valores".

Segundo Anderson (1982:18), na antigüidade greco-romana vigorou o modo de produção escravagista. Apesar de ser um universo centrado nas cidades, "a prosperidade material que sustentava a sua vitalidade intelectual e cívica provinha, em proporções esmagadoras, do campo". Para o autor, essa grandeza metropolitana foi possível graças à existência do trabalho escravo nos campos. Por um lado, a escravatura representava a mais radical degradação do trabalho rural imaginável e, por outro, era a mais drástica comercialização urbana do trabalho, pois os escravos eram uma mercadoria eminentemente móvel, num mundo em que as limitações dos transportes moldavam a estrutura de toda a economia.

De acordo com Durant (1955:273), no ano 310 a.C. havia, em Atenas, 400.000 escravos para 21.000 cidadãos. As propriedades cresciam "e mais e mais o trabalho era feito por escravos, fiscalizados por felleiros também escravos, em proveito do senhor ausente". Aos poucos, o trabalho livre foi sendo substituído pelo trabalho escravo, já que era mais conveniente comprar um indivíduo inteiramente submetido ao seu dono do que contratar um homem livre.

Os escravos, às vezes, ocupavam posições profissionais de responsabilidade, o que era um indício da abstenção radical da classe dirigente de toda forma de trabalho produtivo, qualquer que ele fosse, mesmo de caráter executivo. Esta classe considerava tanto o trabalho agrícola como o artesanal como "adaptações" à natureza, e não transformações desta, e, como tais, eram formas de serviço. Sem dúvida, esse sentimento se coaduna com a afirmação do autor de que, para Platão, o trabalho era alheio a qualquer valor humano, parecendo, em certos casos, ser a antítese daquilo que é essencial ao homem.

Para Hannah Arendt (1987), a necessidade de escravos, na época, justificava-se em virtude da natureza servil de todas as ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida. A escravidão, na antigüidade, diferentemente dos tempos modernos, consistiu, segundo a autora, na tentativa de excluir o labor das condições da vida humana. Como o importante era a vida contemplativa e o culto ao belo, laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana.

Para Finley (1973:106), no entanto, o escravo, na antigüidade, era considerado não apenas propriedade do seu senhor, mas também uma pessoa, humano aos olhos dos deuses. Os escravos, segundo ele, eram fundamentais para a economia antiga no período clássico grego e

romano, "tanto no seu emprego (local de trabalho) como na estrutura social (pela confiança depositada neles e no seu trabalho pelos estratos superiores, as classes dominantes)". O autor cita uma passagem de Cícero, em que este qualifica como não liberais e inferiores as profissões por cujo exercício as pessoas recebem um salário, pois a estas se paga o trabalho e não a arte, sendo o próprio salário um atestado de sua escravidão. Eram consideradas superiores as atividades exercidas por homens livres, independentes, pois, na base da opinião positiva que os gregos e os romanos tinham da riqueza, estava a convicção de que entre as condições necessárias à liberdade estavam a independência pessoal e o lazer. Por isso, "na antigüidade, a propriedade de terras em suficiente escala marca a ausência de qualquer ocupação" (p. 55). A concepção de liberdade relacionada com a modalidade de ocupação e a conseqüente relação das diferentes classes sociais com o trabalho são, ainda, assim caracterizadas pelo autor:

"Na antigüidade, a maioria dos homens livres, mesmo dos cidadãos livres, trabalhavam para ganhar a vida. (...) Mas a força de trabalho total incluía também outro setor substancial, homens que em maior ou menor grau não eram livres, uma categoria para a qual não dispomos na nossa linguagem de um termo conveniente. (...) Na ampla categoria do "trabalho dependente (ou involuntário)" inclui todo aquele que trabalha para outrem, não por ser membro da família, como numa unidade doméstica camponesa, nem porque entrou num acordo voluntário e contratual (por salários ou honorários), mas porque foi obrigado a fazê-lo por alguma pré-condição, nascimento numa classe de dependentes, dívida, captura ou qualquer outra situação que, por lei ou costume, reduzia automaticamente nalguma medida a sua liberdade de escolha e ação, normalmente durante um longo período ou durante toda a vida" (Finley, 1973:90).

O autor esclarece, porém, que, nos séculos IV e V da era cristã, a escravatura, no seu sentido preciso, tinha perdido o lugar central mesmo nas velhas áreas clássicas: nas cidades recuou em favor do trabalho livre (na sua maior parte independente); no campo, em fa-

vor de camponeses dependentes chamados "coloni".

Após a instalação do Império Romano, apesar de a ocupação predominante continuar sendo com as atividades agrícolas, o comércio foi fortalecido, tornando-se Roma o centro do comércio internacional, havendo, então, uma diversificação de atividades, que perdurou até o final da Idade Antiga.

Esta expansão e diversificação do trabalho nas sociedades antigas contribuiu para que ele se universalizasse, lançando raízes nos mais diferentes povos e civilizações, ainda que com concepções e atividades que diferem substancialmente daquelas em vigor nos dias atuais, nos quais predomina a economia de mercado.

Antes de verificar as transformações ocorridas após o domínio do sistema de mercado, no entanto, faz-se necessário deixar-se conduzir pelo desenrolar cronológico dos fatos e seus contextos precedentes, examinando sua sucessão e principais mudanças em relação ao conceito de trabalho, objeto maior de análise do presente estudo.

2.2.3 Idade Média: predomínio da vida rural e origens da riqueza

A Idade Média trouxe consigo alterações em relação às épocas anteriores, principalmente no que diz respeito ao predomínio da vida rural, que lhe foi característico. Ao modo de produção escravagista, sucedeu-se o feudal, e os trabalhadores típicos passaram a ser os servos que, por não deterem a propriedade da terra, estabeleciam uma relação servil de trabalho, produzindo para si e também para todos os habitantes do feudo. Com isso, o trabalho modificou-se, e, após uma longa persistência da agricultura como atividade básica, graças à im-

portância atribuída à terra e à especificidade da mão-de-obra feudal, teve início uma diversificação do trabalho, com o surgimento ou o renascimento de novas atividades. Então, o comércio e o artesanato fortaleceram-se, a pecuária intensificou-se e as cidades novamente floresceram, gerando novas demandas de trabalho e formação de riquezas. Armava-se o cenário para a gradativa introdução de elementos que posteriormente culminariam com um novo contexto de relações de trabalho, com outras mediações.

a) O regime feudal

De acordo com Hannah Arendt (1987:41), na Grécia antiga, a premência da vida tornava função natural o labor na busca de alimentos. Um homem livre e pobre preferia, segundo ela, a insegurança de um mercado de trabalho que mudasse diariamente, a um trabalho regular e garantido, "por lhe restringir a liberdade de fazer o que desejasse a cada dia". Com o advento do feudalismo, continua ela, ocorreu a transferência das atividades humanas para a esfera privada, o que teve profundas repercussões na organização medieval do trabalho.

A repercussões apontadas pela autora foram se estabelecendo gradativamente, com o fim do mundo antigo e a instalação do feudalismo, pois, enquanto a civilização da antigüidade clássica representava a supremacia da cidade sobre o campo, dentro de uma economia predominantemente rural, o regime feudal que lhe sucedeu representou sua antítese, com o predomínio da vida rural.

Segundo Huberman (1980), não se pode descrever com precisão e rigor o sistema feudal, tendo em vista que as condições encontradas

nos locais em que era instalado variavam muito, conseqüentemente, o próprio sistema variava de lugar para lugar. Não obstante, este autor identifica algumas características fundamentais do trabalho realizado sob este regime, como a vassalagem, o benefício e o senhorio, além da própria estrutura geral da comunidade aldeã feudal.

De acordo com Franco Júnior (s.d.), contribuíram para a gênese do regime feudal, entre outros, os seguintes aspectos: ruralização da sociedade, enrijecimento da hierarquia social, fragmentação do poder central, desenvolvimento das relações de dependência entre servo e senhorio, privatização da defesa, clericalização da sociedade e transformações na mentalidade vigente. Segundo ele, o Estado passou a ser dominado pelos cidadãos mais ricos, e a plebe urbana via-se sem emprego devido à concorrência do trabalho escravo. Assim, as condições favoráveis ao seu surgimento residiram na impossibilidade de continuação do escravismo e imperialismo, dada a dificuldade crescente em se obter tanto mão-de-obra escrava quanto livre.

A passagem do escravismo ao servilismo é, portanto, o resultado de profundas transformações ocorridas na Europa ocidental, após as quais o trabalho escravo já não correspondia às necessidades da produção, e seu preço passara a ser elevado para uma produtividade que não compensava o investimento inicial e a sua própria manutenção. Por outro lado, a atrofia da economia mercantil dificultou o acesso à mão-de-obra escrava ou assalariada, apresentando-se como solução natural a mão-de-obra servil, ou seja, produtores dependentes, juridicamente livres, mas verdadeiramente escravos da terra. Então, buscou-se um novo sistema, pelo qual a terra ficava dividida em duas partes: a reserva senhorial e os lotes camponeses. No entanto, segundo Anderson (1982: 105-106)

"a aparatosa abastança da Igreja e a impliedosa avareza do Estado foram acompanhadas por uma enorme concentração da propriedade privada rural, à medida que os grandes proprietários nobres adquiriam as terras dos proprietários menores e se assenhoravam das parcelas de camponeses anteriormente independentes."

Desse modo, por um aviltamento da condição do trabalhador livre e por uma melhoria da do escravo, criou-se um tipo intermediário de trabalhador, o "colonus" romano, antepassado direto do servo feudal. De modo semelhante, o latifúndio romano gerou, com o decorrer dos séculos, a típica unidade de produção feudal, o senhorio. A profunda e total interligação servo-senhorio constitui o que há de mais essencial no componente econômico do feudalismo.

Instalado na Europa ocidental, nos séculos IX e X, desenvolvendo-se no século XI e tendo atingido seu apogeu nos séculos XII e XIII, o feudalismo europeu - um sistema econômico no qual a servidão representou a relação de trabalho predominante - produziu uma civilização evoluída e unificada, registrando um grande avanço em relação às comunidades primitivas e polimorfas anteriores. Oliveira (1987:47) considera-o como "a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas". Segundo ele, sua característica básica foi a persistência de formas de coerção direta muito variáveis, traduzidas pelo trabalho compulsório, sob relações de dominação e de servidão que se concretizavam primordialmente no campo, onde o produtor direto não era proprietário da terra e trabalhava para o senhor sob formas de dependência social e jurídica, legitimadas pelo poder político. Os servos possuíam uma relação de dependência que os submetia ao seu senhor: em troca da terra para morar e cultivar, de forma a satisfazer as necessidades básicas de subsistência, eram obrigados a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o proprietário da terra, não sendo, portanto, livres para dispor de sua força de trabalho. Além da força

de trabalho, deviam lealdade e respeito ao senhor da terra, fazendo parte, de certa maneira, dos seus domínios.

De acordo com Huberman (1980), eram quase ilimitadas as imposições do senhor feudal aos camponeses arrendatários que, em sua maioria, eram denominados "servos", da palavra latina "servus", que significa escravo. No entanto, o servo, ao contrário do escravo, não podia ser vendido fora da sua terra. Em caso de transferência da posse da terra a outro senhor, ele teria outro senhor, mas permanecia em seu pedaço de terra, retratando uma segurança não desfrutada pelo escravo.

A sociedade feudal era composta de três classes: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. Como se tratava de uma era religiosa, a Igreja, no seu papel de prestar ajuda espiritual através dos sacerdotes, adquiriu grande poder e equivalente riqueza em terras, o único sentido de riqueza que prevalecia na época, já que era a terra que proporcionava todas as mercadorias de que se necessitava e constituía a chave da fortuna. Os guerreiros eram os militares, representantes da nobreza, que se ocupavam da proteção militar em caso de guerras. Os trabalhadores, por sua vez, produziam para ambas as outras classes, cultivando as terras que arrendavam e também a propriedade do senhor feudal, em troca de proteção espiritual e militar.

A atividade predominante nas propriedades feudais era a agricultura, na qual, utilizando-se de um sistema de rodízio de terras, produzia-se tudo o que era necessário para a vida de seus habitantes. Os feudos eram auto-suficientes, inexistindo o comércio, países ou mesmo um governo central. Sob esse sistema, persistiu uma organização de trabalho que, por sua especificidade, diferencia o feudalismo das demais sociedades pré-industriais.

Para Sweezy (1977), a característica básica do feudalismo consiste em ter sido ele um sistema de produção para uso, de modo que a natureza da produção em si não gerava um apetite insaciável de trabalho excedente, havendo uma forte tendência em favor da manutenção dos métodos e relações de produção.

Não obstante, sob o ponto de vista do crescimento econômico, o regime feudal teve grande importância, haja vista os progressos alcançados, sendo o primeiro e mais fundamental deles a conquista da produção de um excedente agrícola, conseqüência do aumento da produtividade no setor, em razão das inovações técnicas introduzidas.

Enquanto formação social, o feudalismo adequou-se às circunstâncias vigentes, tendo sido uma sociedade histórica, herdeira do passado romano-germânico e preparadora de uma nova sociedade, já que foi a principal matriz da civilização cristã ocidental que o sucedeu.

b) Declínio do feudalismo: o comércio, os artesãos e o sistema de corporações

Segundo Faria e Marques (1984), o mundo do trabalho da Idade Média foi muito modificado pela descoberta e uso de novas fontes de energia e de novas técnicas de fabricação. Porém, a ciência, a técnica e a indústria, que davam os primeiros passos, tinham ainda um papel subordinado à agricultura.

No entanto, os excedentes gerados pela agricultura forneceram matérias-primas básicas para a indústria artesanal, o que propiciou, aos poucos, o ressurgimento do comércio e o avanço da pecuária e das indústrias têxtil e de construção. Essas transformações já vinham

ocorrendo ao longo dos séculos XII e XIII e ganharam corpo a partir de princípios do século XIV, legitimando o feudalismo enquanto modo de produção, por um lado, e propiciando condições para uma diversificação nas atividades de trabalho predominantes, o que significou o seu declínio, por outro.

De acordo com Sweezy (1977), esse declínio ocorreu pelo impacto do comércio, que atuava como força externa e se desenvolvia fora do sistema. Já para Dobb (apud SWEEZY, 1977), a superexploração da força de trabalho é que levou o regime feudal ao colapso, pois os servos desertaram em massa das propriedades senhoriais para as cidades, em busca de trabalho livre, gerando escassez de mão-de-obra no campo.

Além do ressurgimento do comércio e da gradativa consciência dos camponeses rumo à liberdade de trabalho, também a progressiva utilização do dinheiro e a formação das cidades e da burguesia foram fatores decisivos ao rompimento da velha ordem feudal. O progresso das cidades e o uso do dinheiro possibilitaram aos artesãos abandonar o trabalho servil na agricultura e viver do seu ofício, não mais para satisfazer suas necessidades apenas, mas também para atender à constante procura. Segundo Huberman (1980), o mercado tinha de crescer, para que os artesãos pudessem existir enquanto tais em suas profissões isoladas. Já que até essa época, como de resto em toda a economia do mundo pré-moderno, a produção era limitada e o próprio consumo dava-se dentro dos limites das necessidades físicas.

Com a intensificação das atividades artesanais e comerciais, e a expansão dos negócios na Europa ocidental, a dependência dos produtos agrícolas foi se reduzindo de modo crescente. Atividades artesanais manufatureiras como a fiação e a tecelagem deslocaram os alicerces da produção social definitivamente da agricultura para a indús-

tria, desenvolvendo-se plenamente durante o século XIV, em estreita ligação com o comércio, nas cidades em que este era mais forte.

O trabalho artesanal dessa época, segundo Albornoz (1988), caracterizou-se por um aspecto lúdico, na medida em que nele não se obedecia a nenhum motivo ulterior, além da fabricação do produto e dos processos de sua criação. O artesão era livre para organizar seu trabalho quanto ao plano, começo, forma, técnica e tempo. Ao trabalhar, aprendia e desenvolvia seus conhecimentos e habilidades, que impregnavam todo seu modo de viver. Fromm (1976:177), de modo semelhante, afirma que, "na história do ocidente, o artesanato, especialmente em seu desenvolvimento durante os séculos XIII e XIV, constitui um dos clímax da evolução do trabalho criador". O trabalho artesanal não era apenas uma atividade útil; além disso, trazia em si uma profunda satisfação, pois, em sua realização, os artífices aperfeiçoavam suas potencialidades e destrezas.

O artesanato com fins comerciais representou a concretização de uma especialização e divisão do trabalho, novas em relação ao que ocorria até então. Se o trabalho havia conhecido uma divisão significativa na Grécia antiga, entre agricultores e artesãos, com o fortalecimento do comércio, esta divisão foi acentuada, e com ele surgiu a noção de valor e de lucro. A rede de comércio-artesanato originou os burgos e, gradativamente, a categoria de trabalhadores assalariados, ainda que o trabalho permanecesse sob imediato controle dos produtores, tal qual ocorria no modo de produção feudal e naqueles que o antecederam.

A grande alteração evidenciada é assinalada por Weber (1968:103), ao afirmar que a mútua e intrincada dependência do proprietário da terra e dos camponeses, o aproveitamento do segundo pelo

primeiro, como fonte de renda e como fator de trabalho, e, finalmente, a sujeição à terra, determinada por ambas as causas, desapareceram, ao destruir-se a organização agrária, baseada no senhorio territorial.

À medida que os servos se emanciparam, organizaram o trabalho urbano, tornando-se padeiros, sapateiros, tecelões, etc.. Essas especialidades eram agrupadas em corporações de ofícios ou guildas, verdadeiras associações profissionais de defesa mútua, destinadas a proteger seus interesses e a lutar contra a aristocracia, preservando o monopólio do trabalho de cada gênero na cidade.

Também os comerciantes e mercadores, face às restrições feudais, uniram-se em corporações ou "lilas", com o objetivo de controlar totalmente o mercado.

A expansão e o desenvolvimento do comércio deslocaram a síntese da riqueza da terra para o dinheiro. Esta passagem da economia natural para a monetária trouxe alterações substanciais na concepção de trabalho da época, com a presença progressiva do caráter econômico. As alterações ocorridas na concepção e nas atividades de trabalho processaram-se no bojo das grandes mudanças estruturais da sociedade, e, por sua natureza, exigiam novas formas de agir e de fazer.

Segundo Sweezy (1977), os bens manufaturados podiam ser comprados mais baratos do que se fossem feitos em casa, e a pressão para comprar gerou uma pressão para vender. Era o início da produção para troca, em oposição à produção para uso que vigorava até então.

No século XIV, a maioria dos arrendatários pagava renda em dinheiro, e as propriedades eram, em geral, exploradas mediante trabalho assalariado; com a instauração da burguesia nas cidades, classe média nascente, as instituições feudais e patriarcais caíram por ter-

ra, graças à criação das tecnologias.

A unidade industrial típica do final da Idade Média era uma pequena oficina, tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado com seus ajudantes. O trabalho consistia não apenas em produzir os artigos, mas também em comercializá-los. As mercadorias eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria-prima quanto das ferramentas utilizadas para trabalhá-las, que vendiam o produto acabado.

Estas atividades foram precursoras do capitalismo, na medida em que, através delas, criaram-se condições propícias ao seu surgimento.

2.2.4 Idade Moderna: bases da Revolução Industrial, instalação do capitalismo e adoção do trabalho assalariado

O ingresso na Idade Moderna deu-se acompanhado de importantes modificações estruturais na sociedade e na economia, resultantes do intenso desenvolvimento artesanal e comercial.

Em um dado momento, em razão das mudanças nas relações entre a monarquia e as ordens profissionais, as corporações artesanais desintegraram-se, e teve início o sistema de trabalho doméstico, precursor do sistema fabril. A nascente classe média, para se desenvolver, contou com a Reforma Protestante e a Revolução Comercial. Graças a estes acontecimentos e, através do comércio e expansão dos mercados, acumulou o capital que alicerçou a grande expansão industrial ocorrida posteriormente. Para tanto, contribuiu também o nacionalismo, já que Estados fortes, centralizados politicamente e com um rei, defenderiam

mais eficazmente os interesses econômicos da burguesia em ascensão, criando monopólios e concedendo-lhes direitos e privilégios comerciais.

A transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu no período compreendido entre os séculos XIV-XV e XVIII-XIX, em função da adoção do mercantilismo, que consagra a intervenção econômica do Estado na agricultura, nas manufaturas e no comércio. Graças a este último, foram incrementadas as trocas externas, a circulação monetária, as populações trabalhadoras, a importância das cidades e a constituição de fortunas imobiliárias.

Desde o século XV, a servidão deixou de ser a relação de produção dominante em toda a Europa ocidental, e, a partir do século XVI, instalou-se a era capitalista, cujos principais requisitos históricos foram a produção de mercadorias e sua circulação intensificada através do comércio. Com a ocorrência da Revolução Científica nesta mesma época, também a ciência nascente instituiu-se em estreita ligação com os interesses econômicos então em vigor, provendo o homem dos instrumentos conceituais que o capacitaram a dominar novas fontes de energia. Dessa época até o final da Idade Moderna, com a Revolução Francesa, o mundo ocidental vivenciou não apenas a transição do feudalismo para o capitalismo, consolidado com a Revolução Industrial. Nesse período, pelo impacto dos acontecimentos, ocorreram também algumas das alterações mais significativas na concepção do trabalho e em suas atividades, e principalmente na conjuntura sócio-econômico-político-cultural, lançando as bases para o mundo contemporâneo.

a) A Revolução Industrial, seus antecedentes e suas conseqüências

Segundo Guerreiro Ramos (1981), a taxa de produtividade do labor humano nos sistemas pré-industriais era tão baixa que propósitos de lazer podiam ser privilégio só de poucos. O labor tinha, então, que ser encargo da maioria e se justificava como uma questão de princípio e como um fato da natureza, pois a produção não se concebia, ainda, como objeto sistemático de conhecimento aplicado. Assim, grande parte do esforço no ambiente de trabalho foi técnica e socialmente necessária e inevitável para a superação da escassez dos bens e serviços elementares.

Weber afirma que o advento e o desenvolvimento do sistema de mercado só aconteceu após o abandono do tipo patrimonialista de trabalho, característico dos sistemas feudais.

De acordo com Gomez et al. (1987), a partir do século XVII, o trabalhador passou a adquirir nome e cidadania desde o seu nascimento, pois o "labor", a forma de trabalho emergente, libertou-o do antigo "tripallium" e o colocou num mercado de trabalho no qual disporá de sua força e comercializa-la-á com o capitalista, em troca do salário.

Segundo Rioux (1975), a Revolução Industrial, ocorrida a partir do último terço do século XVIII, foi a mais profunda mutação a afetar o homem após o período neolítico. Pela primeira vez na história, o poder humano de produção é liberado, e a economia pode fornecer os bens e serviços. Passa-se do trabalho manual para a máquina-ferramenta; do atelier ou manufatura para a fábrica, e pouco a pouco o trabalho cotidiano, a mentalidade, a cultura, enfim, todos os setores da vida são atingidos e transformados. Toda uma gama de novos trabalhos é oferecida, as profissões liberais são transformadas e o setor de ser-

viços cresce. Seus antecedentes podem ser identificados no crescimento populacional, na continuada expansão comercial, na indústria nascente e nas inovações técnicas introduzidas. Esses fatores, em conjunto, geraram rendas excedentes que foram transferidas para novos setores da economia. Para Rioux (1975), no entanto, sem que houvesse uma modificação profunda de mentalidade em relação ao dinheiro, seu manejo, seu lucro e seu valor social, a Revolução Industrial não teria sido possível.

De modo semelhante, Fromm (1977) afirma que mudanças significativas na atmosfera psicológica acompanharam a evolução econômica do capitalismo. Um sentimento de inquietude começou a impregnar a vida, e o trabalho foi cada vez mais tornando-se o valor supremo. Ao mesmo tempo, o desejo de riqueza e de sucesso material tornou-se a paixão que a tudo absorvia. Para o autor, no entanto, o papel cada vez maior do capital, do mercado e da competição alterou a situação pessoal de todos, trazendo-lhes insegurança, isolamento e ansiedade.

A evolução econômica da qual decorreu o aparecimento da sociedade de mercado é situada por Heilbroner (1974) entre os séculos X e XVII, ou até ao XVIII e XIX, dependendo da região. Como resultado, lentamente o mercado foi se instalando como atividade autônoma, de modo diferente da antigüidade e dos tempos feudais, nos quais não se podiam separar facilmente as motivações ou ações econômicas do próprio âmbito normal da existência.

Com o crescimento dos lucros ocorreu como que uma reconstrução da sociedade, apoiada em uma exploração racionalizada do trabalho de todos aqueles que não possuíam meios de produção modernos. As forças econômicas revestiram o capital de um papel preponderante, e em consequência cresceu o antagonismo entre as classes sociais. Alguns

membros das guildas acumularam mais capital e empregaram mais Jornalheiros que outros, acentuando uma diferenciação que se fez presente também com a transformação das companhias comerciais em monopólios, destituindo o pequeno negociante e o consumidor.

Segundo Hellbroner (1974), a sociedade econômica que se formou nos séculos XVI e XVII resultou, ainda, de alterações sócio-econômicas e de uma nova estrutura de leis de organização política e institucional, que permitiram a compra e venda do trabalho, o aluguel da terra e o livre investimento do capital. Com a dissociação desses fatores de produção, a sociedade européia sofreu a transformação para uma sociedade mercantil, e do proletariado agrícola surgiu o proletariado urbano e o trabalho "puro", como parcela de esforço destacada da vida e transacionada no mercado em quantidades fixas.

Com a rápida industrialização experimentada, firma-se a ideologia do progresso e tem início o processo de submissão do trabalho ao capital, com a gradativa desapropriação dos meios de produção e a decorrente geração de força de trabalho livre.

Assim é que a organização industrial, aos poucos, superou os sistemas familiar e cooperativo e aportou, entre os séculos XVI a XVIII, no sistema doméstico, considerado pelos estudiosos como o primeiro momento da acumulação capitalista. No sistema de produção doméstica, o mestre artesão com seus ajudantes produziam em casa, porém dependiam do fornecimento de matéria-prima e não detinham o excedente. Das gradativas e constantes transformações no processo de trabalho ocorridas ao longo da história, esta é de suma importância na modificação das concepções a seu respeito, pois o artesão emprega seu conhecimento e sua técnica de produção e com toda a sua família entrega ao negociante ou intermediário o fruto do seu trabalho. O controle capi-

talista sobre o trabalho acentuou-se com a reunião dos trabalhadores num mesmo local de trabalho, o que deu início ao sistema de fábrica. Durante o século XVIII, as atividades diferenciaram-se: o negociante e o fabricante tornaram-se distintos, e a manufatura, que consistia em uma simples reunião comercial de múltiplos ateliês familiares transformou-se em uma fábrica que empregava trabalhadores assalariados, após um longo período de convivência paralela e pacífica com o comércio e o artesanato.

A manufatura gerou a proliferação da divisão técnica do trabalho e a ampliação da sua divisão social. Além disso, fez surgir uma outra divisão, entre o trabalho de produção propriamente dito, e o de controle e supervisão. Se o trabalho até então consistia na execução de uma operação completa, a partir daí começa a se transformar, como no setor de produção têxtil, onde ocorrem o desaparecimento da produção baseada na cooperação e a gradual separação entre este e o capital.

Básicamente duas condições favoreceram a ocorrência da Revolução Industrial: por um lado, o acúmulo de capital para ser investido na indústria e aumentar a produção e, por outro, a abundância de mão-de-obra disponível e sem propriedades, com a expulsão prévia dos agricultores dos campos, destinados à criação de ovelhas, cuja lã constituía a matéria-prima para a indústria têxtil.

Segundo Cipolla (1977), a Revolução Industrial foi produto destas mudanças econômicas, sociais e culturais que ocorreram na Europa, entre os séculos XI e XVII, trazendo para a estrutura da sociedade um conjunto geral de mudanças que fizeram da indústria o setor produtivo predominante na sociedade. Para Oliveira (1987:76), ela representa o móvel do capitalismo, e pode ser caracterizada "pela evolução

tecnológica aplicada na produção e a conseqüente revolução nos processos de produção e nas relações sociais". Essas transformações ocorreram principalmente no setor têxtil, seguidas da introdução da máquina a vapor em outros setores da produção, em substituição às forças manual, animal e hidráulica até então empregadas.

Com a crescente assunção do poder político e econômico pela burguesia, prepararam-se as condições históricas para a Revolução Industrial, não consistindo esta Revolução apenas na substituição do trabalho manual pelo mecânico, uma vez que o expressivo crescimento da produção eliminou as formas anteriores de apropriação do trabalho, baseadas no controle do Estado e das corporações, e fez surgir a figura do burguês capitalista, que se apropria do trabalho através dos contratos, mediante pagamento de salários. Essa inovação, segundo Oliveira (1987), impôs-se, a duras penas, devido à resistência por parte dos trabalhadores e à persistência da manutenção de técnicas tradicionais em alguns setores. Analisando os fatos decorrentes da Revolução Industrial, Oliveira afirma ter havido um progresso econômico que não foi acompanhado pelo progresso social: o trabalhador tornou-se apêndice da máquina, e sua capacidade produtiva condicionou-se à noção de lucro, aquilo que seu trabalho representava na consecução de um produto. Enquanto nos processos de produção anteriores, o escravo, o servo e o artesão confundiam-se com um sistema individualizado de produção de riquezas, com mecanismos de compulsão, o capitalismo veio e libertou o trabalhador dessa compulsão, derrubando os privilégios das profissões e proclamando a liberdade total da indústria e do trabalho, liberdade esta que acabou determinando o enriquecimento das classes dominantes. Então, "o trabalhador industrial passa a integrar a massa do proletariado, num momento livre da compulsão feudal, mas mergulhado, a partir

da sua libertação, numa relação determinada por regras do mercado e do lucro, de um lado, e pelo índice de produtividade, de outro" (OLIVEIRA, 1987:80).

O liberalismo econômico apontado por Oliveira foi ratificado pela obra de Adam Smith, no século XVIII, para quem o maior melhoramento na capacidade produtiva do trabalho, importante fonte de riqueza, foi o efeito de sua divisão. Segundo Smith, "na forma pela qual a Indústria funciona, não só todo o trabalho adquire uma forma peculiar, como é dividido em certo número de ramos, que também se tornam peculiares, em sua maioria" (apud HUBERMAN, 1980:152).

Apesar de, no século XVI, a Europa já ter alguma familiaridade com as máquinas e com a arte de fazê-las, apenas no final do século XVIII é que a Revolução Industrial se completa na maioria dos países, consolidando o capitalismo no mundo ocidental. A cadeia de eventos que se sucedeu, alterou os arranjos sociais, graças à atitude positiva para com as atividades econômicas e o apoio recebido de novas correntes ideológicas, que acreditavam ser as mudanças econômicas determinantes básicos da transformação social e política (HIRSCHMAN, 1979). As teorias econômicas emergentes à época enxergavam, na base da riqueza produzida, o resultado do trabalho humano. Essas teorias, influenciadas pelo iluminismo e positivismo, valorizavam o progresso social no sentido da verdadeira riqueza e grandeza. Portanto, a aceitação ampla, pelos cientistas, de uma visão de mundo utilitarista gerou um tipo de teoria social que legitima a sociedade industrial (REZENDE, 1980).

Nesse contexto, as fábricas foram elevadas ao centro da vida econômica e social, tendo como primeiro impacto o aumento do ritmo da produ-

ção, graças à introdução das máquinas e processos mecânicos na produção de bens. Economicamente, sua principal característica foi a concentração de capitais e constituição de grandes empresas, que mais tarde desencadeariam o capitalismo monopolista. Socialmente, fez surgir novos extratos sociais, subvertendo contextos há muito estabelecidos. Porém, o advento das máquinas tornou rudes as condições humanas de trabalho, na medida em que provocou uma considerável elevação de sua carga horária e o trabalho de menores. Segundo Cunha (1987), enquanto no século XVII e até meados do século XVIII as jornadas de trabalho não ultrapassavam 10 horas diárias, a partir dessa época elas foram estendidas a 12, 14 ou mesmo 16 horas/dia, possibilitando a geração de um excedente econômico, através da mais-valia e do aumento do tempo produtivo. Para o autor, no período de 1750 a 1850 ocorreu um grave quadro de exploração do trabalho, tanto em relação à forma de apropriação do seu valor, quanto no que se refere ao tempo que lhe era exigido. Segundo Hannah Arendt (1987), durante a Idade Média raramente se trabalhava mais que a metade dos dias do ano, e o crescimento do número de horas de trabalho é típico do início da Revolução Industrial, quando os trabalhadores tiveram que competir com as máquinas recém-introduzidas.

Para Hellbroner (1974), no entanto, o impacto definitivo da Revolução Industrial foi a introdução de uma elevação nos níveis de vida das pessoas numa escala que jamais o mundo havia visto antes. De modo semelhante, Gomez et al. (1987) afirmam que, ainda que o grande sonho de libertação do homem, representado pela máquina, demore a ser realizado, é preciso reconhecer que o saldo da revolução burguesa permanece altamente positivo na história da libertação humana. Já no século XVIII, no entanto, essa livre força de trabalho começou a perce-

ber que a máquina não estava tão a seu favor quanto o apregoado pelas ciências progressistas da época, pois a Jornada de trabalho não diminuía com a mecanização, vinculada politicamente com o capital, constatação da qual surgiram os sindicatos e as subseqüentes lutas sociais por melhores condições de trabalho.

Dentre as conseqüências da Revolução Industrial que passaram a atribuir nova caracterização às atividades e que acabou por gerar uma verdadeira revolução no labor humano, está a adoção do trabalho assalariado.

b) A adoção do trabalho assalariado

A Inglaterra, tendo obtido êxito singular no comércio e na exportação de seus produtos, tornou-se o berço propício à Revolução Industrial. Além disso, a riqueza acumulada e a colonização de novas terras contribuíram para a adoção de um novo tipo de trabalho, com o surgimento das fábricas e máquinas. Nesse momento, quando o capitalismo vivia sua instalação plena, o trabalhador foi transformado em força de trabalho, e o assalariamento, em condição predominante de reprodução do trabalho e do capital.

A percepção de um salário em dinheiro em troca do trabalho livre assalariado foi uma mudança importante em conseqüência da Revolução Industrial. Além disso, com a introdução do contrato de trabalho, eliminaram-se preocupações sobre a reprodução ou mesmo a morte dos operários, pois seriam facilmente substituídos, uma vez que o interesse dominante residia na manutenção de um mercado de trabalho livre. Essa mudança justifica-se pelo fato de ser a sociedade industrial

orientada para a economia, isto é, organizada em torno de princípios de eficiência funcional, optando por modos de ação mais racionais, tendo em vista a prioridade de produzir bens.

De acordo com Finley (1973), historicamente falando, a instituição do trabalho assalariado é tardia e sofisticada, e a própria idéia de trabalho assalariado requer dois passos conceituais difíceis: primeiro, a abstração do trabalho do homem tanto da sua pessoa como do produto do seu trabalho e, segundo, a instauração de um método para medição do trabalho comprado, para fins de pagamento.

Para Fromm (1977:58), com a introdução do trabalho assalariado, o capitalismo libertou o indivíduo da arregimentação do sistema corporativo. "Ele se tornou o senhor de seu destino, dele era o risco e dele também o ganho. O esforço individual podia levá-lo ao sucesso e à independência econômica. O dinheiro converteu-se em grande igualador de homens e demonstrou ser mais poderoso do que o nascimento e a casta". Foram estes os impactos das mudanças econômicas e sociais nos indivíduos da época. Para o autor, a mudança psicológica mais importante ocorrida no homem, neste momento, foi a adoção de uma nova atitude face ao esforço e ao trabalho como meta por si mesma. O que houve de novo na sociedade moderna é que os homens passaram a ser impelidos para o trabalho não tanto por pressão externa, mas por uma compulsão interna que os fazia trabalhar arduamente. Este impulso para trabalhar sem cessar representa, para o autor, uma força de produção fundamental, tão relevante para a evolução do sistema industrial quanto o vapor ou a eletricidade.

Com o colapso da estrutura medieval e o advento do modo moderno de produção, o significado e a função do trabalho modificaram-se fundamentalmente, especialmente nos países protestantes. A liberdade

recém conquistada levou o homem a ingressar em uma atividade febril, e o trabalho, de atividade satisfatória por si mesma e agradável, tornou-se um dever e uma obsessão. Esse momento histórico presenciou a grande cisão que modificou totalmente o significado e o conceito de trabalho.

Segundo Weber (1985), o capitalismo racional, assentado no trabalho livre, vivenciado pelo moderno ocidente, possui uma forma peculiar, cujas origens podem ser encontradas na ética da religião protestante ali surgida, e seu espírito para com as atividades que, a partir de um dado momento, tornaram-se livres de tradições e passaram a ser dirigidas para lucros e encaradas como uma vocação para a qual o indivíduo tinha obrigações. Deste modo, o trabalho passou a ser valorizado, porquanto significava o cumprimento do dever, das tarefas, da vocação, constituindo a própria finalidade da vida, e o empreendedor burguês teve à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e industriais, o que contribuiu poderosamente para a formação da moderna ordem econômica.

Muito provavelmente, devido a estas origens do trabalho na sua forma livre-assalariada, é fato que na sociedade moderna cresceu a sua importância como instrumento de competição social. De acordo com Guerreiro Ramos (1952:11), "pode dizer-se que ele passou a ser um fator básico da posição do homem na sociedade". Para ele, esta função integrativa do trabalho na sociedade moderna não possui correlato nas sociedades primitivas, cujas angústias não têm por motivo básico o tema do trabalho, e, apenas quando se deu a transformação através da qual a objetividade racional ocupou o lugar da santidade e da tradição, é que se desenvolveram as instituições tipicamente industriais.

Com a conversão das atividades econômicas na preocupação principal do homem e dado o caráter assumido pelo trabalho após a Revolução Industrial, este se tornou gradativamente mais rotineiro e irreflexivo, à medida que o trabalhador, via de regra, passou a executar tarefas parcelares, limitou-se à execução e foi impedido de visualizar o trabalho ou o produto em seu conjunto. Em consequência, modificaram-se não apenas as formas de expressão do trabalho, mas também e principalmente as próprias tendências sociais do homem. O episódio da modernidade, em razão dos acontecimentos que abarcou, criou, portanto, um contexto propício à consolidação do trabalho-mercadoria, uma simples quantidade de esforço a ser vendida pelo melhor preço obtido, o qual, por sua própria natureza, não é conducente aos interesses e à satisfação pessoal. Segundo Schumacher (1980), é característica da moderna sociedade industrial esta destruição do conteúdo e da dignidade da maioria das formas de trabalho, que leva à sua degradação. Para ele, não obstante ser a sociedade industrial democrática em suas instituições políticas, é autocrática em seus métodos de gestão, tratando os homens como "fatores de produção" e não como seres humanos responsáveis.

Como resultado da evolução histórica que tirou o labor do seu esconderijo e o elevou à condição de coisa pública, ocorreu uma revolucionária transformação em seu conceito, que, em sua origem, era o meio de atender às necessidades urgentes da própria existência. Como pode ser evidenciado, tendo aparecido na história com esta concepção, a partir de determinadas circunstâncias, o trabalho gradualmente passou a ser criador de riquezas, e totalmente investido de conotação econômica.

Segundo Braverman (1977), com o advento do capitalismo, em consequência da revolução científico-tecnológica, ocorreu um incessante processo de transformação ocupacional, inevitável e necessário ao progresso da humanidade e sua emancipação quanto à fome e outras necessidades básicas.

Este processo, de acordo com Guerreiro Ramos (1981), transformou o trabalho em fonte de todos os valores, e o "animal laborans" foi elevado à posição ocupada tradicionalmente pelo "animal rationale". Para esse autor, essa transformação encontrou terreno propício à época da Revolução Industrial, em cujo contexto o trabalho foi dividido, e as habilidades pessoais passaram a ser secundárias aos objetivos mecânicos. Em tais circunstâncias, "espera-se do homem não que se ocupe adequadamente, nem que se exprima livremente, em relação à tarefa que lhe foi designada; espera-se dele que trabalhe" (1981:133). Então, o homem passou a ser visto como um componente de uma força de trabalho e se viu transformado de indivíduo em trabalhador: o trabalho passou a ser utilizado como instrumento do valor e da dignidade humana, e a distinção entre este e a ocupação passou a ser solapada.

De modo semelhante, para Hannah Arendt (1987:137), na era moderna, o trabalho passou a ser glorificado como fonte de todos os valores: "a revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados".

Não obstante a valorização e o "status" atribuídos ao trabalho, no momento em que sua evolução levou-o a voltar-se para fatores como a geração de riquezas, a produtividade, o consumo e a abundância, foi esvaziando-se gradativamente todo o seu significado (FROMM,

1976: ROLLE, 1971).

Para Rezende (1980), a Revolução Industrial representou um marco para a organização do trabalho, alterando o arranjo societário vigente, e, segundo Bell (1977) a energia e as máquinas transformaram a sua natureza. Tendo sido alterado em sua organização e em sua natureza, o trabalho, em grande parte, deixou de ser uma atividade de realização individual e um esforço que satisfaz, na medida em que é moldado, aperfeiçoado e completado pelo artífice, para transformar-se em mercadoria no mercado universal criado pelo capitalismo vigente. Passou a ser, assim, um processo intensivo de desgaste físico-moral, que levou os trabalhadores à perda da sua independência e à necessidade de produzir fora de casa, sob rigorosa supervisão, já que não mais possuíam a matéria-prima e os instrumentos de trabalho. Conseqüentemente, a habilidade perdeu parte de sua importância devido à presença das máquinas. Parafraseando Rioux (1975), ressalta-se que os homens foram mais lentos no processo de assimilação das transformações do trabalho em mercadoria e das conseqüências delas decorrentes que os capitais e as técnicas, e tomaram muito desigualmente consciência de sua nova condição. No entanto, as mudanças em sua forma de organização e em sua natureza, decorrentes de todas as alterações introduzidas, conduziram o fenômeno do trabalho inevitavelmente à mais significativa mudança em seu conceito ocorrida até então, conforme descrito nas páginas precedentes.

Não obstante estas significativas mutações, após sua vitória na Revolução Francesa, a burguesia consolidou o sistema social vigente, que perdura até nossos dias, baseado na livre troca de mercadorias, tendo como objetivo primordial a obtenção de lucros.

2.3 O trabalho hoje

Em decorrência do conjunto de acontecimentos que se convencionou chamar de Revolução Industrial, alteraram-se o conceito, a natureza e principalmente a organização do trabalho. A partir de então, ocorreram as mais profundas transformações de que se tem registro em toda a história do trabalho, culminando com o trabalho, nos dias atuais, configurado como atividade desenvolvida predominantemente de forma institucionalizada, mediante pagamento de salários e voltada à produtividade e obtenção de lucros, sob os auspícios da economia de mercado.

O estudo do trabalho em nossos dias, que se procederá a seguir, permite avaliar as principais mudanças ocorridas, obtendo, com isso, um perfil de sua evolução ao longo da história.

2.3.1 Principais modificações ocorridas

Dos fatos históricos ocorridos, influenciadores do avanço em direção a novos tempos, a Revolução Industrial e suas repercussões foi, sem dúvida, o de maior expressão. Enquanto as passagens da Pré-história para a Antigüidade, desta para o Feudalismo e deste para o Capitalismo produziram mudanças de forma nas atividades típicas e no caráter do trabalho, o ingresso no Capitalismo vigente, fruto da acumulação provinda substancialmente da Revolução Industrial, levou a modificações profundas de conteúdo e estrutura na concepção do trabalho e em seu significado. Como foi relatado anteriormente, um conjunto de

doutrinações levou-o a ser visto como cumprimento do dever e da vocação, e, com tal concepção, trouxe a sociedade humana ao atual estágio.

Em fins do século XIX e inícios do século XX, com a implantação da organização científica do trabalho, os conhecimentos técnicos do saber operário foram-lhe retirados. Por outro lado, o controle sobre o processo de trabalho foi maximizado e gradativamente foram desaparecendo as outras formas de trabalho, passando este a ser considerado como um mero fator de produção. Deste modo, o saber fazer, típico do ser humano e fonte de seu próprio valor, progresso e realização pessoal, teve sua unidade cindida, com a submissão individual do trabalhador através da interdependência das tarefas que caracteriza o trabalho industrial. Ocorreu, então, a alienação do trabalhador relativamente à concepção do processo produtivo e do produto, tarefa que deixa de lhe pertencer. Nas palavras de Moser (1985:31), "o sucesso da fábrica provém do fato de ela despojar o operário de qualquer controle sobre o trabalho, desde o de prescrever a natureza da tarefa quanto à quantidade a produzir".

Na sociedade capitalista, o trabalho caracteriza-se por responder principalmente a exigências econômicas, transformando o trabalhador em instrumento de trabalho nas mãos dos detentores de capital (BRAVERMAN, 1977; CODO, 1986; FAORO, 1987; MOSER, 1985). Em consequência dessa dependência que se estabeleceu entre o trabalho e o capital, sobreveio uma série de novas características do trabalho e dos trabalhadores, tais como: uma revolução completa no estado de espírito dos trabalhadores, o parcelamento das tarefas, a desqualificação, a divisão entre trabalho manual e intelectual, a hierarquia no processo de trabalho e também o aperfeiçoamento nas tecnologias de produção.

As estruturas de dominação sobre o trabalho então formadas resultaram ideologicamente na sua percepção como algo insignificante, simples; e o trabalhador ficou sem direito a reivindicações. O trabalho industrializado é coletivo, em razão da especialização nas tarefas; e impessoal, pelo desaparecimento das relações entre empregadores e empregados, substituídas pelo contrato de trabalho. Com a maciça utilização das máquinas, tornou-se concreta a perspectiva do desemprego, os salários foram rebaixados, e as mulheres e crianças foram lançadas no processo de produção, já que a força física passou a ser dispensável. Com a finalidade de toda a atividade econômica consistir no lucro, o próprio trabalho deixou de ser um fim em si mesmo, para ser apenas um meio eficaz de se obter cada vez mais lucro.

Uma das mudanças mais características ocorridas no contexto em estudo refere-se à gradativa transformação do trabalho em emprego, que se reporta a trabalho pago em dinheiro, típico, portanto, do capitalismo. De acordo com Souza (1981), emprego é a ocupação das pessoas em alguma tarefa produtiva pela qual percebem rendimentos e cujos bens ou serviços produzidos são passíveis de transação no mercado.

Segundo Guerreiro Ramos (1981), enquanto nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos, na sociedade centrada no mercado de nossos dias, o emprego serve como critério definidor da significação social do indivíduo. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, ele vive numa base de troca, garantindo a si mesmo os bens e serviços de que necessita, através do exercício de um emprego, em troca do qual recebe um salário com que compra aquilo que lhe seja possível.

Os empregos tornaram-se o referencial dominante, na medida em que as formulações políticas e técnicas em torno do direito ao tra-

balho e da liberdade do trabalho coincidiram com os interesses da burguesia manufatureira, para a caracterização de um mercado onde passou a ser negociada a mercadoria trabalho. De acordo com Gama (1987), se na manufatura, o artesão, com seus segredos e habilidades, ainda detinha um papel primordial, na fábrica, seu saber precisará ser negado, pois trabalhará por tempo, fator este que iguala todos os trabalhadores, separados do saber pela divisão do trabalho.

Essa alteração desencadeou-se a partir da desapropriação dos meios de produção, que obrigou a venda da força de trabalho. Para Marx, "quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho" (apud GAMA, 1987:181). De modo semelhante, Guerreiro Ramos (1981) afirma ser o empregado eficiente um ator despersonalizado, no sentido de que os atos que pratica em sua qualidade de detentor de emprego são de importância secundária em relação à sua realização pessoal, pois aceita acriticamente as determinações referentes a seu papel profissional. Esta postura do trabalhador ocorre porque, nas organizações, o trabalho é desenvolvido de acordo com regras prescritas, que especificam até mesmo os horários de entrada e de saída e garantem um mínimo dispêndio de esforços (GALBRAITH, 1975). Portanto, as atividades a serem desempenhadas passaram a ser determinadas por imperativos externos e não mais por deliberação pessoal dos indivíduos e de acordo com seus desejos de realização pessoal.

A teoria administrativa, no contexto das ciências que se dedicaram ao estudo da organização racional do trabalho, rapidamente legitimou este modelo de homem operacional, visto como ser passivo a atuar nas organizações, que pressupõe um conceito de trabalho como

sendo essencialmente um adiamento da satisfação. O conceito de emprego figurou-se como um mecanismo para a distribuição de renda, no âmbito da economia formal, o que, segundo Guerreiro Ramos (1981, 1984), precisa ser repensado, uma vez que o mercado atualmente mostra-se incapaz de proporcionar emprego para todos, além do fato de, nas sociedades industriais avançadas, a sobrevivência não se constituir mais na principal motivação para o trabalho.

O que se percebe é que, em face de circunstâncias como as acima apontadas, uma parcela crescente de trabalhadores desloca-se para a economia informal, ocupando-se com atividades produtivas socialmente úteis, sem estar vinculada a uma folha de pagamento.(*)

2.3.2 Conseqüências

Como resultado das modificações descritas, o trabalho passou a ser uma atividade predominantemente individual, levando o homem a uma gradual perda do senso de coletividade. Por outro lado, com a adoção da divisão do trabalho, a oposição histórica entre o trabalho manual, socialmente desprestigiado, e o trabalho intelectual, científico, artístico, filosófico ou político - valorizado socialmente e privilégio das classes poderosas - acentua-se, e, com ela, aumentam as diferenças sociais, refletidas principalmente no poder aquisitivo dos cidadãos.

(*)No Brasil, que possui uma população economicamente ativa estimada em 60 milhões de pessoas, 40 % dos trabalhadores atuam na economia informal, autonomamente. (cf. Diário Catarinense, 28/05/89; Veja nº 27, 12/07/89; Souza, 1981).

Em consequência da individualidade, hierarquia das tarefas e da própria passividade exigida do trabalhador, "o trabalho atualmente é um meio para ganhar dinheiro e não uma atividade humana significativa em si" (FROMM, 1976:179). Para o autor, o caráter alienado e insatisfatório do trabalho leva as pessoas a duas reações perante ele: por um lado, o ideal da ociosidade total e por outro, uma hostilidade profundamente arraigada, embora, muitas vezes, inconsciente. Estes sentimentos encontram vazão, segundo Cunha (1987), em um tempo para além daquele destinado à criação ou manutenção do produto social, vivido cotidianamente e sentido como algo residual ou complementar. É o tempo destinado ao lazer que, após a Revolução Industrial, separou-se do tempo produtivo, passando, no entanto, a exercer uma função produtiva, qual seja, a de permitir a recuperação das forças e o consumo. Mesmo assim, ~~é~~ inegável a valorização desse tempo, pela possibilidade da afirmação individual e pela livre(?) escolha das atividades com as quais preenchê-lo. Para Cunha (1987), este caráter de oposição ou compensação ao trabalho converte o lazer em negação do próprio trabalho.

Além disso, com o trabalho parcelado instaurado, o indivíduo perde a noção do todo, do conjunto (LINHART, 1980). Isso ocorreu com a crescente concentração de capital e a evolução da ciência em ritmo cada vez mais acelerado, que proporcionaram a gradual substituição do trabalho manual pelo mecânico e da inteligência humana pela das máquinas, alterando os processos de produção. Conseqüentemente, conforme afirma Capra (1982:222), "o moderno trabalhador industrial não se sente mais responsável pelo seu trabalho, nem se orgulha dele". Em sua forma atual, o trabalho tornou-se profundamente degradado, com a eliminação da criatividade para grande parte dos indivíduos. Ocorreu uma alteração radical do caráter do trabalho, que o tornou um processo

singularmente desinteressante e sem significado, que obriga os homens a uma disciplina enervante e embrutecedora, voltada apenas ao aumento da produtividade (CAPRA, 1982; CODD, 1988; HEILBRONER, 1974; SCHOECK, 1985; SCHUMACHER, 1980).

No contexto do sistema de mercado, com a concepção do trabalho como um bem econômico e um fator de produção, o homem foi conduzido à unidimensionalização (MARCUSE, 1973; SCHUMACHER, 1980). Esta concepção ignora a multidimensionalidade humana, que impulsiona o homem à constante busca de sua auto-realização e, conseqüentemente, retira do trabalho a possibilidade de satisfazer essa busca, pois as dimensões social, política e cultural encontram-se a serviço da econômica. Com a prevalência da dimensão econômica, o trabalho se destituiu de seu papel de instrumento de legitimação social e, ao confundir-se com o conceito de emprego, passou a significar a detenção de um "status" social, em função do que se faz ou mesmo da dispensabilidade de fazer algo (ócio).

Como o trabalho atual fundamenta-se basicamente na produção de mercadorias mediante remuneração, apenas as atividades remuneradas são concebidas como trabalho e valorizadas socialmente. Nesse contexto, o trabalho doméstico configura-se como um conjunto de atividades desprovidas de valor, em razão de sua não vinculação à produção social e da inexistência da contrapartida financeira.

Com a função de gerar produção, o trabalho tem no salário uma espécie de compensação pela qual se sacrifica o próprio lazer. Esta concepção vigente não se coaduna com o pensamento de Schumacher (1983:91), de que "qualquer coisa que se faz apenas por gosto em fazê-la não se presta a cálculos utilitários", nem com o de Rodó (1975), ao identificar na louca atividade do utilitarismo, o desdém ao ócio clás-

sico que proporcionava a reflexão e o cultivo de valores profundos. Conforme dados obtidos em uma pesquisa realizada nos anos de 1979 e 1980, Jovens dos países ocidentais conflam no tempo livre, mais do que no tempo de trabalho, como campo de realização pessoal (CAMARGO, 1989).

Contrariamente aos autores até aqui mencionados, Offe (1989) indaga-se quanto à validade e centralidade do conceito de trabalho para os trabalhadores no momento atual, e afirma estar ocorrendo uma descentralização da esfera do trabalho frente a outros âmbitos vitais. Desde meados dos anos 70, as sociedades industriais ocidentais acham-se confrontadas com a erosão da ética do trabalho, e, para parcelas crescentes da população, o trabalho profissional não é mais o centro de suas referências de vida (BERGER e OFFE, 1989).

Não obstante o otimismo apresentado por esses autores, o que se constata é que ainda persiste a interiorização, pelos indivíduos, do conceito burguês de trabalho, o que, segundo Gomez et al. (1987), estrutura uma percepção ou representação que o iguala à detenção de uma ocupação, emprego, função ou tarefa dentro de um mercado de trabalho. Em conseqüência, perdeu-se sua compreensão como uma relação social básica na definição do modo humano de existência, não se reduzindo à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica, mas envolvendo as dimensões sociais, estéticas, culturais e artísticas.

Portanto, o conceito ideológico de trabalho foi construído dentro de uma perspectiva moralizante e utilitarista, resultando no entendimento das relações capitalistas de trabalho como naturais e necessárias, às quais o indivíduo deve se conformar. No discurso vigente, o trabalho hoje é entendido como uma atividade que cria riquezas

Indistintamente para todos, sendo possível, através do trabalho árduo e disciplinado, ascender socialmente. O conteúdo ideológico dessa concepção é aquele que beneficia primordialmente as classes dominantes, às quais interessa a sua manutenção.

Em concordância com as preocupações de Rezende (1980), é preciso verificar de que modo as teorias administrativas estão tratando essas conseqüências, como o fato de o trabalho ter se tornado alienante, tedioso e sem sentido para uma imensa parcela de indivíduos. O que deve ser questionado, sem dúvida, é o modelo de homem que lhe subjaz, e quais são suas atitudes para com o trabalho. A conciliação do trabalho organizado predominante nos dias atuais com a busca da auto-realização humana pode ser alcançada, mas, para tanto, é preciso que se rejeitem as pressões externas no sentido da padronização, da eficiência e da eficácia, uma vez que a auto-realização configura-se, acima de tudo, como uma tarefa estritamente pessoal.

2.4 Perspectivas para o "mundo do trabalho"

Segundo Weber (1968), o fato fundamental da vida econômica atual é a diferenciação dos homens por profissões, entendidas, segundo a acepção da ciência econômica, como a prestação continuada de serviços, visando a uma finalidade consuntiva ou um ato de lucro.

No entanto, sob o ponto de vista de diversos estudiosos, o trabalho, tal qual descrito acima, começa a ser incidental no processo de personalização dos indivíduos, não constituindo mais o único meio de engajá-los em atividades de produção socialmente significativas (ARENDDT, 1987; BELL, 1977; GUERREIRO RAMOS, 1981, entre outros).

As perspectivas que podem ser traçadas à atual concepção e formas predominantes do trabalho, com base nas posições dos autores cujas obras específicas serviram de suporte teórico para este estudo, são marcadas por uma postura bastante otimista.

Para Bell (1977), o século XX presenciará o aparecimento da "sociedade pós-industrial", uma previsão social referente a uma mudança na estrutura e na forma segundo as quais a economia e o sistema ocupacional estão sendo transformados. Nessa sociedade, segundo ele, será cada vez maior a especialização do trabalho intelectual, predominantemente voltado aos serviços.(*) Portanto, a mudança básica acontecerá no padrão das ocupações, que, apesar de manterem as características de mecanicismo e monotonia típicas do trabalho industrial, permitirão aos indivíduos interagirem entre si, ao invés de com máquinas. Para o autor, isto se constituirá no aspecto fundamental do trabalho na sociedade pós-industrial, pois, uma vez superada a escassez, ele "deixou de ser central e não tem peso sociológico e cultural suficiente para polarizar todas as outras questões em torno desse eixo" (p. 189).

Guerreiro Ramos (1984) afirma que, desde o final do século XIX, vem ocorrendo uma mudança de orientação nas abordagens da organização e do trabalho, à medida que um número crescente de indivíduos se dá conta de que a eliminação do trabalho desnecessário é agora uma possibilidade factível e, com base nesta constatação, condiciona suas atitudes para com o trabalho e a organização.

 (*)Recentemente, o sociólogo italiano Domenico De Masi manifestou-se de modo semelhante. (Veja nº 47, 28/11/90).

De acordo com Berger e Offe (1989), existe hoje uma crescente possibilidade objetiva e uma disposição subjetiva de muitas pessoas para engajarem-se em formas de atividade que divergem acentuadamente da noção normal do trabalho profissional, dependente do assalariamento. Para os autores, a tendência, em razão da existência de condições estruturais favoráveis, aponta no sentido de uma "formalização do setor informal", que seja econômica e organizacionalmente expandida e valorizada como um "caso normal" de atividade útil, institucionalmente reconhecida:

"uma tal forma do trabalho social, caracterizada pela liberdade de acesso e saída, pela ampla autonomia na programação das atividades, assim como por reivindicações e garantias de rendimento não discriminatórios em termos de direito público, poderia encadear-se em formas de atividade como as institucionalizadas em associações e cooperativas" (p. 109).

Segundo Friedmann e Naville (1973:452), "o centro de gravidade da vida dos homens, que, para a sua imensa maioria estava situado no trabalho, desloca-se para o não-trabalho". Para eles, ao invés de o trabalho ser um elemento de satisfação, ele é hoje, acima de tudo, um meio de alcançar outras fontes de satisfação.

Schumacher (1980) e Sávtchenko (1987) aventam a perspectiva do término de uma era, pelo fato de as pessoas não mais estarem dispostas a realizar um trabalho monótono e repetitivo por uma remuneração baixa, e ingresso em outra, com a humanização do trabalho e o conseqüente desenvolvimento pessoal. Para tanto, deverá ser revista a concepção utilitária do trabalho vigente atualmente, que o vê apenas como uma necessidade desagradável da qual quanto menos melhor.

De modo semelhante, Heilbroner (1974) aponta a iminência de uma metamorfose no conceito de trabalho, porém o motivo aqui é o impacto cumulativo da tecnologia, que está transformando a própria rela-

ção entre o homem e a natureza. Para o autor, se no passado o trabalho foi um imperativo oneroso da existência, essa sua importuna e exaustiva predominância tende a diminuir num futuro não muito distante, tornando-se mais um privilégio que uma necessidade.

O extraordinário avanço tecnológico é igualmente a causa apontada por Bruno e Saccardo (1986) e por Osborne (1984) para o ingresso em uma nova Revolução Industrial, onde as pessoas trabalharão menos tempo e se dedicarão mais às metas de sua vida. Para eles, o ajuste a ser feito é no sentido de uma sociedade onde as pessoas trabalhem menos e se divirtam mais, graças à automação inevitável da produtividade, pois,

"os robôs trabalham sem se cansar, não podem ser distraídos e não cometem enganos. Os seres humanos se cansam, distraem-se, além de cometerem enganos. Um robô pode trabalhar continuamente vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, se necessário. As pessoas necessitam comer, dormir, divertir-se e ter folgas para o café. Os robôs não pertencem a sindicatos e não vão à Justiça do trabalho. As pessoas fazem isso" (OSBORNE, 1984:43).

É inegável que, em consequência dos fatos ocorridos, o trabalho evoluiu a um ponto que hoje fica condicionado a mudanças sociais e técnicas muito rápidas, que alteram, por conseguinte, sua concepção, seu significado e até mesmo sua finalidade, permitindo questionar, inclusive, seu papel enquanto categoria sociológica de análise (OFFE, 1989).

Essa necessidade de rever o conceito e a própria execução prática do trabalho é apontada por Capra (1982) como forma de torná-lo de novo gratificante e significativo, permitindo a reconquista da essência espiritual que lhe é inerente. Para Fromm (1976), de certo modo, isto já ocorre, pois, em nossos dias, é crescente o número de pessoas que voltam às pazes com o seu trabalho, tendo-o como um espaço de criação e aperfeiçoamento das habilidades pessoais-profissionais, num

processo de personalização da atividade laboral. O aspecto criativo do trabalho do futuro é igualmente apontado por Tofler (1980).

Os autores nos quais nos baseamos para este estudo não fazem alusões quanto à erradicação do trabalho, sentimento apontado por Hannah Arendt (1987) como sendo um desejo antigo dos homens. Ao contrário, há afirmações como a de Drucker (1981), de que, embora a sociedade sem trabalho da utopia futurista talvez esteja, de fato, se aproximando, sua efetivação, caso se concretize, gerará grandes crises de personalidade na maioria das pessoas. Por enquanto, segundo Drucker, ainda que não haja o menor indício que confirme o término iminente do trabalho, a tarefa é fazer com que ele satisfaça também as necessidades psicológicas da humanidade, além do provimento da subsistência. (*)

As posturas encontradas denotam que as perspectivas para o mundo do trabalho em que vivemos hoje configuram-se em dois ângulos. Por um lado, vislumbra-se a possibilidade de uma real diminuição do tempo de trabalho, em função do avanço tecnológico que assumiria grande parte, principalmente das tarefas operacionais, proporcionando mais tempo livre a todos. Por outro lado, postula-se uma profunda modificação na concepção de trabalho, que uma vez concretizada, será capaz de gerar mudanças nas suas formas características, nos modos de organização e na finalidade, resgatando os aspectos prazeroso e humano que o trabalho comportou um dia. Seria o destronamento do trabalho, e a adoção de uma justa convivência sua com as demais atividades que preenchem o tempo humano. Nas palavras de Guerreiro Ramos (1983:36), "é im-

(*) O papel essencial do trabalho no preenchimento das necessidades psicológicas é ressaltado por Codo (1988) e Jacques [198_].

prescindível e válido o pressuposto de que os estatutos normativos do trabalho não se podem confundir com os estatutos normativos da vida humana em geral, embora uns e outros se relacionem". Desse modo, é facultado ao homem dos dias atuais recuperar a dimensão subjetiva de sua existência, traçando limites entre seus objetivos pessoais e os das organizações, sem perder, todavia, a dimensão da importância do trabalho na sua formação. Trata-se, em suma, de buscar uma sincronização entre o trabalho e a realização pessoal, em direção a estilos parentéticos, pautados por novos critérios de qualidade de vida. A pesquisa empírica poderá evidenciar se isto está acontecendo na sociedade atual e em que medida.

3 METODOLOGIA

A fundamentação teórico-empírica permitiu verificar detidamente questões tais como o que vem a ser o trabalho, sua evolução através da história e seu conceito no momento presente, além das perspectivas que lhe podem ser traçadas.

De posse da exposição teórica, que examinou o trabalho e seu significado em diferentes momentos históricos, levantando a influência de determinados fatos no seu delineamento e descrevendo o caráter evolutivo da sua concepção, prossegue-se com a verificação empírica da sua percepção na sociedade atual, examinando a forma como é percebido por trabalhadores vinculados ou não ao mercado formal de trabalho.

3.1 Perguntas da Pesquisa

No intuito de obter respostas ao problema central objeto da presente pesquisa, formularam-se as seguintes perguntas que nortearam o desenvolvimento do estudo:

- 1 Qual o significado do trabalho nos arranjos sociais dos diferentes períodos da história da qual se tem registro ?
- 2 Que influência exerceram determinados fatos históricos para o desenho dos objetivos do trabalho ?
- 3 Existe algum elemento comum que caracteriza o trabalho, num "continuum", desde a antigüidade até o momento atual ?

4 Como atualmente percebem o trabalho trabalhadores vinculados ou não ao mercado de trabalho formal ?

5 Que perspectivas podem ser traçadas à atual concepção do trabalho ?

Faz-se necessário observar que, em face das características gerais deste estudo e dos objetivos aos quais se propõe, as respostas para as perguntas 1, 2 e 3 foram buscadas unicamente através da pesquisa bibliográfica apresentada no Capítulo 2. Com a pesquisa empírica realizada, procurou-se responder especificamente à pergunta de nº 4, além de obter subsídios à resposta à quinta pergunta, conjuntamente com os dados teóricos obtidos, de modo a alcançar a consecução do objetivo proposto.

3.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa realizada consistiu de uma parte teórica e de uma outra empírica, de caráter exploratório, com perspectiva histórica. A pesquisa histórica visa à compreensão de fenômenos através do exame de acontecimentos passados, configurando-se como uma investigação crítica desses acontecimentos e experiências, com base em intenso trabalho bibliográfico-documental (KERLINGER, 1980; RICHARDSON, 1985).

A presente pesquisa se enquadra como não-experimental, já que não houve manipulação de variáveis. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório do tema em questão.

Na medida em que se examinou o fenômeno do trabalho em épocas distintas, também se lançou mão, de certo modo, do método comparativo de análise, ou comparativo causal, que, apesar de não permitir inferências diretas, possibilita concluir sobre a existência de estreita correlação entre o que se pesquisa (RICHARDSON, 1985).

A análise realizada configurou-se como de nível macro-social, na medida em que se estudou o trabalho humano nos arranjos societários de diferentes sociedades em diferentes períodos.

A pesquisa teórica teve perspectiva diacrônica, diferentemente da empírica, que foi sincrônica. No entanto, procurou-se abordar o problema a partir de uma ênfase predominantemente qualitativa, até mesmo na parte empírica, como forma de entender a natureza e a complexidade do fenômeno social em questão.

3.3 Delimitação da Pesquisa

A população alvo da pesquisa empírica constituiu-se de trabalhadores residentes no município de Florianópolis, independentemente da vinculação de sua ocupação ao mercado formal de trabalho.

A amostragem foi obtida através da técnica de amostragem probabilística por conglomerados ou áreas, assim denominada porque o universo a ser pesquisado não é amostrado diretamente, mas determinado em áreas que posteriormente serão amostradas (BOYD JR. e WESTFALL, 1964). Utilizou-se, ainda, para tanto, uma tabela de Números Aleatórios.

Na definição do tamanho da amostra, adotou-se um nível de confiança de 95 % e um erro amostral de 0,3 unidades. Uma vez identi-

ficado o conglomerado, a cada quatro residências, uma foi visitada, sendo entrevistados todos os seus moradores, desde que capazes mentalmente e maiores de 14 (quatorze) anos.

As unidades de análise da pesquisa empírica foram os trabalhadores que compuseram a amostra.

3.4 Definição de Termos e Variáveis

Objetivando uniformizar a compreensão dos construtos aqui utilizados, foram definidos, com a conotação abaixo apresentada, os termos e variáveis empregados no presente estudo. Estas definições foram obtidas a partir da discussão conceitual de autores nos quais baseou-se a fundamentação teórica e adotadas para atender especificamente aos objetivos desta pesquisa.

Trabalho: aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim.

Significado do trabalho: aquilo que ele representa para uma pessoa ou para um grupo social.

Concepção do trabalho: forma pela qual ele é percebido por uma pessoa ou por um grupo social.

Desenho dos objetivos do trabalho: influência sofrida pelo trabalho na determinação de seus fins.

Arranjos sociais: composição característica dos grupos sociais, pela forma de convívio com seus valores, normas, usos e costumes.

Evolução histórica: sucessão de acontecimentos ocorridos ao longo da existência humana que conduz ao avanço a outros estágios desta mesma existência.

Antigüidade: época remota da história de que se tem registro, situada em seus primórdios, nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo.

Sociedade atual: comunidade de pessoas que habita o mundo no momento presente, fins do século XX.

3.5 Dados

3.5.1 Tipos de Dados

Os dados levantados no presente estudo são de dois tipos: primário e secundário.

Os dados de tipo primário foram obtidos através de entrevista estruturada aplicada a uma amostra de trabalhadores residentes no município de Florianópolis, vinculados ou não ao mercado formal de trabalho, com o propósito de levantar sua percepção sobre o trabalho.

Os dados secundários foram obtidos por meio de intenso levantamento bibliográfico de trabalhos relacionados ao tema da pesquisa, que permitiram verificar o que é o trabalho, seu conceito, sua evolução através da história, seu estágio atual e suas perspectivas.

3.5.2 Técnicas de Coleta de Dados

Os dados da pesquisa empírica foram coletados mediante a utilização de uma escala de atitudes tipo Likert, que permite identificar o grau em que uma opinião se manifesta.

A escala de tipo Likert, enquanto técnica de escalonamento, constitui importante instrumento de coleta de dados padronizados e mensuráveis, na medida em que se expressa quantitativamente e é passível de manipulação estatística. Tal escala compõe-se de um contínuo ao longo do qual localizam-se posições sucessivas de opinião, expressas numericamente, através das quais o respondente possa situar-se e localizar suas percepções na posição de sua escolha entre os itens apresentados na escala, assinalando aquela posição que melhor refletir sua opinião em relação ao assunto pesquisado.

O levantamento da percepção dos trabalhadores residentes no município de Florianópolis, a respeito do trabalho, foi realizado com base em um conjunto de afirmações sobre o conceito de trabalho retiradas da literatura afeta ao assunto ou mesmo identificadas no senso comum.

As afirmações, em número de 18 (dezoito), distribuíram-se nas categorias sócio-econômico-cultural e filosófico-pessoal-profissional, conforme pode ser constatado no Anexo 3.

No instrumento da pesquisa, as afirmações foram associadas à escala tipo Likert, variando de 1 a 5 pontos, com a seguinte interpretação:

- 5 - Concordo totalmente;
- 4 - Concordo;
- 3 - Estou indeciso;
- 2 - Discordo;
- 1 - Discordo totalmente.

3.5.3 Instrumento da Pesquisa

Conforme já explicitado, os dados primários foram coletados através de entrevista estruturada escalar (Anexo 2), aplicada a uma amostra de trabalhadores residentes no município de Florianópolis, no período de junho a agosto de 1989.

A entrevista estruturada compôs-se de duas partes. Na primeira delas coletaram-se dados básicos dos respondentes, a saber: sexo, estado civil, data de nascimento, grau de instrução, município de origem, posse ou vivência em casa própria, renda mensal aproximada, ocupação principal, empregado ou autônomo e tempo de serviço. Na segunda parte da entrevista foram expressas as afirmações sobre o conceito de trabalho, associadas à escala Likert, sendo que, para cada uma delas, os respondentes puderam escolher apenas uma alternativa de resposta.

Com o objetivo de validar o instrumento de pesquisa, foi realizada uma testagem-piloto com uma amostra de 28 (vinte e oito) trabalhadores do município de Florianópolis, residentes em bairros

bastante diversificados quanto a sua caracterização, no mês de abril de 1989. A clientela entrevistada na fase da testagem-piloto não participou da amostragem definitiva.

A testagem-piloto apontou dificuldades referentes à compreensão de algumas informações solicitadas, que foram melhor especificadas, bem como conduziu à reformulação de algumas afirmações que haviam provocado entendimento ambíguo por parte dos respondentes. Tal procedimento possibilitou a elaboração de um instrumento de pesquisa dotado de objetividade e validade para ser utilizado junto à clientela selecionada.

Grande parte das entrevistas foi aplicada por uma auxiliar de pesquisa, contratada especificamente para este fim. Cabe ressaltar que a referida profissional recebeu treinamento adequado para o desempenho da tarefa, que conduziu com total domínio e responsabilidade.

3.5.4 Técnicas de Análise dos Dados

Os dados secundários do presente estudo, que constituem a pesquisa bibliográfica realizada, foram analisados a partir de uma divisão cronológica já estabelecida, de modo a que fossem obtidas a organização e a seqüência lógica que permitiram o encadeamento histórico apresentado.

Para o tratamento dos dados primários, por sua vez, foram utilizadas técnicas estatísticas do tipo medidas de tendência central e distribuição de freqüência.

Com base na análise dos dados, para a qual foram utilizados gráficos do tipo perfil e tabelas de distribuição de freqüência, foi

possível compreender a atual percepção do trabalho.

3.5.5 Limitações da Pesquisa

Não obstante todo o esforço empreendido na elaboração do presente estudo, algumas limitações podem ser identificadas, entre as quais as seguintes:

- a) dificuldade ou impossibilidade de acesso a maior diversificação de material bibliográfico que viria enriquecer ainda mais a pesquisa na história, em razão da exigüidade de tempo, da barreira representada por línguas estrangeiras ou mesmo da não-disponibilidade deste material;
- b) instabilidade das opiniões emitidas, tendo em vista que as afirmações requereram a expressão das percepções dos respondentes;
- c) vinculação das opiniões emitidas a um determinado contexto pessoal, social, econômico ou mesmo cultural vigente à época da realização da pesquisa;
- d) tamanho da amostra, que não permite senão generalizações cautelosas a respeito do assunto pesquisado, circunscrevendo as conclusões obtidas;
- e) distinções parciais entre os conceitos de trabalho, não permitindo conclusões mais definitivas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo são descritos e analisados os dados obtidos na pesquisa, tanto em sua parte teórica quanto no levantamento empírico realizado, com vistas a responder às perguntas de pesquisa propostas.

Para tanto, em primeiro lugar, abordam-se as informações obtidas com a pesquisa na história. Em seguida, os dados obtidos com a pesquisa empírica são trabalhados, para, num terceiro momento, tecer as interligações entre ambas as partes, de modo a compreender a atual concepção e significado do trabalho e compará-la à de momentos históricos anteriores.

4.1 Pesquisa na história

A pesquisa desenvolvida através da história baseou-se em uma sucessão de acontecimentos ocorridos ao longo de todo o período pesquisado, que evoluíram historicamente e conferiram ao trabalho nuances diversificadas, até chegar àquilo que ele representa no momento atual.

A esquematização apresentada no Quadro 01 permite verificar que, na Pré-História, o exercício do trabalho preenchia exclusivamente o requisito imediato da sobrevivência individual e da perpetuação da espécie. Por conseguinte, possuía um caráter indiferenciado com relação às demais atividades do cotidiano, voltadas a buscar na natureza o sustento, através da coleta de raízes e frutos silvestres, e da caça, pesca, pastoreio e agricultura.

Conseqüentemente, a concepção vigente a respeito do trabalho guardava estreita relação com esta realidade, configurando-se como a atividade de que se lançava mão sempre que a sobrevivência estivesse ameaçada.

QUADRO 01 - Evolução histórica do trabalho - Comparação das atividades, caráter do trabalho e significado predominante nos diferentes períodos históricos.

PERÍODO	ATIVIDADES PREDOMINANTES	CARÁTER DO TRABALHO	SIGNIFICADO PREDOMINANTE
1-Pré-História	coleta, caça, pesca, pastoreio e agricultura	Livre - não diferenciado das demais atividades cotidianas	Sobrevivência
2-Antigüidade	agricultura, artesanato e comércio	Livre - não diferenciado das demais atividades cotidianas Escravo	Sobrevivência
3-Idade Média	agricultura, comércio e artesanato	Serviil - distinção entre o trabalho para o senhor e para si	Sobrevivência e produção de excedentes
4-Idade Moderna	comércio internacional, artesanato organizado e indústria	Livre, associado (guildas), assalariado - determinação de períodos de trabalho	Produção de excedentes e obtenção de lucros
5-Idade Contemporânea	comércio, indústria e serviços	Assalariado - determinação de períodos de trabalho, rotina, auto-determinado - incidências isoladas	Obtenção de lucros obtenção de bem-estar e de auto-realização - incidências isoladas

FONTE: Dados da pesquisa na história

Na Antigüidade, de modo semelhante à Pré-História, o trabalho significou predominantemente a forma de garantir a sobrevivência, permanecendo a indiferenciação entre este e as demais atividades do cotidiano. No entanto, essas atividades foram se diversificando, de tal sorte que, como resultado das diferenças sociais instaladas, algumas camadas da população passaram a dedicar-se ao discurso e ao ócio, introduzindo e legitimando o trabalho escravo.

Por outro lado, o contato entre os diferentes povos contribuiu para a diversificação das atividades predominantes, levando à prática do artesanato e do comércio.

A constatação da possibilidade de se ocuparem com atividades bastante diferenciadas, reforçada pelos intensos estudos filosóficos desenvolvidos à época, levou os antigos a refletirem sobre o trabalho e a conceberem-no como uma atividade complementar ao trabalho da natureza, com a qual deveriam ocupar-se apenas o suficiente, já que a maior parte do tempo deveria ser empregada no exercício da palavra, considerado mais nobre que o do trabalho, pois legitimava o homem como animal político.

Não obstante os questionamentos introduzidos pelos povos antigos acerca do exercício do trabalho, o fato é que, com o ingresso na Idade Média, ele foi intensificado em razão do extraordinário aumento da população mundial e da necessidade da produção de excedentes. Toda a tecnologia até então desenvolvida com vistas a facilitar ou a aumentar o ritmo do trabalho foi aqui absorvida e aproveitada, em função das relações sócio-político-econômicas que se estabeleceram e que perduraram por toda a Idade Média.

Parece-nos que aqui podem ser localizados os primeiros indícios da exploração do trabalho de outrem, mais especificamente na re-

lação servo-senhorio, em que o primeiro só podia utilizar seu trabalho em proveito próprio quando as necessidades senhoriais estivessem supridas. Começou a instalar-se, então, um concelto de trabalho - grandemente reforçado posteriormente -, que o foi separando da detenção de capital: trabalhava quem precisasse e quem não detinha a propriedade de terras, sob coerção daqueles que a detinham. Os excedentes produzidos através do trabalho significavam a abastança da classe dominante, enquanto que, para a maioria da população, seu significado reduzia-se à busca da sobrevivência, sem o usufruto desses excedentes.

Os fatos históricos que conduziram ao ingresso na Idade Moderna, ao tempo em que contribuíram para uma grande ampliação no leque de atividades predominantes de trabalho, trouxeram também alterações importantes no seu significado, com a introdução da obtenção de lucros, além da produção de excedentes (vide Quadro 01).(*)

O intenso progresso alcançado, aliado à aplicação da ciência e tecnologia na otimização do fenômeno do trabalho, fizeram com que, pela primeira vez na história, ele pudesse ocorrer de modo seriado. Assim, em quaisquer atividades, as tarefas foram parceladas, pois passou a ser importante não só a execução do trabalho em si, mas a rapidez com que ela acontecia. A partir das informações contidas no Capítulo 2, pode-se afirmar que a ocorrência da Revolução Industrial funcionou como o grande divisor de águas, após o quê, todo o sistema ocupacional foi modificado. Definitivamente, deu-se a separação entre capital e trabalho; este último passou a ser o meio primordial para a

(*)No âmbito do presente estudo, a obtenção de lucros é entendida como o benefício obtido com a exploração de uma atividade econômica (no caso, o trabalho), enquanto por produção de excedentes entende-se a sobra na produção de mantimentos, com o objetivo de formação de estoques.

obtenção de lucros. Com a predominância do sistema de mercado, o trabalho passou a ser concebido como mercadoria, comprada e vendida pela melhor oferta.

Constata-se que, como resultado de todas essas transformações ocorridas, o trabalho foi radicalmente modificado, emergindo na Idade Contemporânea formal e substancialmente diferente em relação aos momentos históricos anteriores.

A compulsão ao trabalho, experimentada nos últimos dois séculos, continua produzindo adeptos, e atualmente se vivencia a sua universalização. A rígida determinação de períodos de trabalho e a monótona rotina, instalada para atender circunstâncias específicas, persistem, apesar de a predominância de atividades ter se orientado da indústria para os serviços. O significado predominante continua sendo obter lucros, não obstante a abundância conquistada sobremaneira pelos chamados países desenvolvidos. O fenômeno do trabalho perpassou todos esses fatos e momentos históricos e sustentou-os, porém culminou no presente com uma concepção que se volta muito mais a questioná-lo que a confirmá-lo.

No entanto, na iminência do ingresso da humanidade no século XXI, o que historicamente se nos apresenta em termos de concepção e significado do trabalho é uma indicação de mudança. É quase consenso entre os autores pesquisados e aqui apresentados que tal já vem ocorrendo: o trabalho até pode continuar significando predominantemente um meio de obter lucros, mas será necessário ir além, e obter também, através dele, o bem-estar e a auto-realização. Parece-nos que se instalou uma inquietação que, provocando mudanças na forma pela qual o trabalho atualmente acontece, alterará sua substância.

O Quadro 02 evidencia as perspectivas traçadas para o trabalho a partir do levantamento bibliográfico realizado.

QUADRO 02 - Perspectivas para o trabalho quanto a atividades, caráter e significado predominante

PERÍODO	ATIVIDADES PREDOMINANTES	CARÁTER DO TRABALHO	SIGNIFICADO PREDOMINANTE
Final do século XX em diante	serviços, indústria (robótica), comércio de bens, serviços e tecnologia	Livre - auto-determinação quanto a horários local e objeto de trabalho; e participativo	Obtenção de bem-estar individual e social, e de auto-realização

FONTES: Dados da pesquisa na história

As informações consubstanciadas no quadro acima apontam na direção das perspectivas de que se falava anteriormente: as atividades predominantes aos poucos vão se adaptando aos novos tempos, e as pessoas cada vez mais tenderão a decidir sobre quanto, quando e onde realizar o seu trabalho. O que é mais importante, ele significará a obtenção do bem-estar individual e social e da auto-realização. Ainda que bastante otimistas, estas perspectivas foram explicitadas em maior ou menor grau pelos autores cujo referencial constituiu a seção 2.4 do presente estudo. A verificação dos resultados da pesquisa empírica, que pretendeu levantar a percepção atual sobre o trabalho, reconduzir-nos-á a esta questão.

4.2 Pesquisa Empírica

4.2.1 Caracterização dos respondentes

A clientela respondente da pesquisa, cujos resultados são aqui apresentados e analisados, constituiu-se de trabalhadores resi-

dentes no município de Florianópolis, vinculados ou não ao mercado formal de trabalho. Os dados básicos levantados, que compõem a primeira parte da entrevista estruturada, são apresentados a seguir.

a) Sexo

Houve uma ligeira predominância do sexo feminino entre os respondentes (53,67 %), porém a participação masculina foi também significativa (46,33 %). A maior participação feminina pode ser explicada por uma maior tendência de envolvimento da mulher com tarefas passíveis de serem desenvolvidas no próprio domicílio.

b) Estado civil

A Tabela 01 denota que a maioria dos respondentes (50,85 %) é casada. No entanto, há um percentual bastante significativo de solteiros (42,66 %), o que é compreensível, uma vez que a entrevista foi aplicada a todas as pessoas residentes nos domicílios pesquisados, desde que mentalmente capazes e maiores de 14 anos. A incidência dos estados civis viúvo e separado/desquitado/divorciado (5,93 %) não chega a ser significativa.

TABELA 01 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Casado	180	50,85
Solteiro	151	42,66
Viúvo	8	2,26
Separado/desquitado/ divorciado	13	3,67
Não informaram	2	0,56
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

c) Data de nascimento

Com este dado objetivou-se chegar, de forma indireta, à idade dos respondentes, razão pela qual esta categoria encontra-se expressa na Tabela 02 abaixo.

TABELA 02 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO A IDADE

FAIXAS DE IDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
14 a 19 anos	45	12,71
20 a 24 anos	36	10,17
25 a 29 anos	85	24,01
30 a 34 anos	47	13,28
35 a 39 anos	45	12,71
40 a 44 anos	23	6,50
45 a 49 anos	11	3,11
50 a 54 anos	15	4,24
55 a 59 anos	17	4,80
60 anos ou mais	18	5,08
Não Informaram	12	3,39
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

Os dados evidenciam uma grande concentração de respondentes na faixa dos 14 aos 34 anos (60,17 %). Por outro lado, encontrou-se um pequeno percentual de respondentes com mais de 50 anos (14,12 %).

d) Grau de Instrução

Pela Tabela 03 verifica-se uma heterogeneidade quanto ao grau de instrução dos respondentes: há um certo equilíbrio entre o número dos que cursaram apenas o primário (20,90 %), dos que possuem o segundo grau completo (28,81 %) e dos que frequentaram um curso superior completo (20,90 %).

TABELA 03 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Primário completo (4ª série)	74	20,90
Prim. grau incompl.	25	7,06
Prim. grau compl.	25	7,06
Seg. grau incompl.	23	6,50
Seg. grau compl.	102	28,81
Superior incompl.	27	7,63
Superior compl.	74	20,90
Pós-graduado	2	0,57
Não informaram	2	0,57
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

e) Município de origem

Em relação à procedência dos respondentes (Tabela 04), observa-se que, em sua maioria, originam-se do próprio município de Florianópolis (51,41 %). Há ainda um percentual significativo (20,34 %) de entrevistados que procedem de municípios que compõem a chamada Grande Florianópolis (Biguaçu, Palhoça, Paulo Lopes, São José e Santo Amaro da Imperatriz).

TABELA 04 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO O MUNICÍPIO DE ORIGEM

PROCEDÊNCIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Florianópolis	182	51,41
Grande Florianópolis	72	20,34
Vale do Itajaí e Norte catarinense	31	8,75
Sul catarinense	24	6,78
Oeste, meio-oeste e planalto catarinense	12	3,40
Outros estados	29	8,19
Não informaram	4	1,13
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

Com referência às demais procedências, apesar de não serem muito expressivas, observa-se uma distribuição bastante diversificada entre as várias regiões e municípios do estado, ou mesmo de outros estados. Da região do Vale do Itajaí e norte catarinense, especificamente dos municípios de Blumenau, Gaspar, Itajaí, Ituporanga, Joinville, Mafra, Navegantes, Rio do Sul, Rodelo, Timbó e Vidal Ramos procedem 8,75 % dos respondentes. Do sul do estado, compreendendo os municípios de Braço do Norte, Criciúma, Gravatal, Imbituba, Siderópolis, Tubarão e Urussanga, originam-se 6,78 % dos entrevistados. Dos municípios de Bom Jardim da Serra, Campos Novos, Caxambu do Sul, Concórdia, Joaçaba, Lages, São Joaquim e Urubici, pertencentes às regiões do Oeste, Meio-Oeste e Planalto Catarinense, originam-se 3,40 % dos sujeitos da pesquisa. Há, ainda, um percentual de 8,19 % deles procedentes dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

f) Posse ou vivência em casa própria

Com a coleta deste dado objetivou-se conhecer melhor o nível sócio-econômico dos respondentes, complementando as informações obtidas sobre a sua renda.

TABELA 05 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO A POSSE OU VIVÊNCIA EM CASA PRÓPRIA

CONDIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Possuem casa própria	104	29,38
Vivem em casa própria	127	35,88
Possuem e vivem em casa própria	94	26,55
Não possuem nem vivem em casa própria	28	7,91
Não informaram	1	0,28
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

Os dados da Tabela 05 mostram que a grande maioria dos respondentes (91,81 %) declararam possuir casa própria, viver nela ou apresentar as duas condições simultaneamente, traduzindo um nível sócio-econômico razoável, ao menos em tese, uma vez que não foram estudadas as condições da residência. Cabe esclarecer que aqueles que responderam possuir casa própria, mas que não vivem nela, geralmente são os sujeitos procedentes de outras localidades, nas quais situa-se o bem em questão. Já os que declararam viver em casa própria, sem possuí-la, são solteiros que residem com os pais, ou esposas, que deixaram a resposta referente à posse para o marido.

g) Renda mensal aproximada

A Tabela 06 apresenta as faixas de renda mensal aproximada dos respondentes.

TABELA 06 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO A RENDA MENSAL APROXIMADA

FAIXAS DE RENDA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Até 1 salário mínimo	104	29,39
De 1,1 a 3 sal.mínimos	93	26,27
De 3,1 a 6 sal.mínimos	77	21,75
De 6,1 a 10 sal.mínimos	29	8,19
Acima de 10 sal.mínimos	14	3,95
Não Informaram	37	10,45
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas (O salário mínimo considerado para a tabulação deste dado foi o de agosto/89, no valor de NCz\$ 192,88 - cento e noventa e dois cruzados novos e oitenta e oito centavos)

Como pode ser observado, a maioria dos respondentes (55,66 %) situa-se na faixa de renda de até 3 salários mínimos, enquanto apenas 12,14 % possuem renda mensal acima de 6 salários mínimos.

Esta situação sócio-econômica guarda estreita correspondência com a realidade salarial brasileira, na qual persiste uma forte concentração de renda em poucas mãos, ficando a maioria das pessoas com níveis salariais aquém do necessário para um padrão digno de vida. Pode-se correlacionar a realidade dos respondentes em termos de renda com o caráter de sua ocupação principal, pois a maioria ocupa-se com atividades administrativo/comerciais ou operacional/artesanais (vide Tabela 07), que tradicionalmente rendem baixa remuneração, por não exigirem maior qualificação.

h) Ocupação principal

A Tabela 07 apresenta a distribuição do caráter da ocupação principal dos respondentes.

TABELA 07 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO O CARÁTER DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL

CARÁTER DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Administrativo/comercial (bancário, escriturário, vendedor, etc.)	121	34,18
Operacional/artesanal (costureira, marceneiro, mecânico, etc.)	94	26,55
Técnico/científico/artístico (dentista, cantor, professor, etc.)	70	19,77
Governamental (funcionário público, juiz, soldado, etc.)	42	11,87
Outro (aposentado, desempregado, estudante)	15	4,24
Não informaram	12	3,39
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

Como fica evidenciado na tabela acima, a maioria (60,73 %) ocupa-se com atividades administrativo/comerciais ou operacional/artesanal, que geralmente não exigem muita qualificação ou dispensam um aprendizado formal. Contrariando a visão de que em Florianópolis predominam os funcionários públicos, apenas 11,87 % dos respondentes são empregados do governo em algum nível.

1) Empregado ou autônomo

Este dado foi coletado com o objetivo de verificar a incidência do vínculo empregatício na ocupação principal dos respondentes, já que a pesquisa se propôs a entrevistar todos os trabalhadores in-

cluídos na amostra, independentemente de sua vinculação com o mercado formal de trabalho. Verificou-se que a maioria dos entrevistados (68,65 %) mantém um vínculo empregatício, caracterizando-se como empregados. Apenas 17,23 % deles são autônomos em sua ocupação principal, enquanto 3,67 % acumulam as condições de empregado e autônomo. Opuseram-se a informar sua condição 10,45 % dos respondentes. A explicação para a grande incidência de indivíduos empregados pode residir na segurança representada pela detenção de um vínculo empregatício, ainda que com ganhos geralmente inferiores, na conjuntura de instabilidade econômica vivenciada pelo país nos últimos anos. No entanto, informalmente, muitos respondentes manifestaram o desejo de virem a tornar-se autônomos; porém, para tanto, acham que precisam do emprego durante um período, para capitalizarem o necessário para "montar seu próprio negócio".

J) Tempo de serviço

Na Tabela 08 observa-se que a maioria dos respondentes (56,21 %) possui até 8 anos de serviço, o que se coaduna com o fato de a maioria deles situar-se na faixa etária dos 14 aos 34 anos, conforme mostrou a Tabela 02.

TABELA 08 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS RESPONDENTES SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
0 a 4 anos	133	37,57
5 a 8 anos	66	18,64
9 a 12 anos	48	13,56
13 anos ou mais	69	19,49
Não Informaram	38	10,74
Total	354	100,00

FONTE: Entrevistas estruturadas

Pode ser considerado expressivo também o percentual de respondentes com 13 anos ou mais de serviço (19,49 %), principalmente se se levar em conta o alto índice dos que não informaram este dado (10,74 %).

Com relação aos respondentes que deixaram de informar os dados básicos aqui apresentados, cabe esclarecer que a pesquisa foi realizada logo após a edição do "Plano Bresser" pelo governo, o que pode ter intimidado algumas pessoas a informarem principalmente sua renda, ocupação ou tempo de serviço. Em que pese o prejuízo que tal fato possa ter trazido à pesquisa, optou-se por respeitar o clima de desconfiança e insegurança vivenciado pelas pessoas, sem forçá-las a emitir respostas, quando manifestavam o desejo de não fazê-lo. Não obstante este fato, a análise dos dados aqui apresentados, referentes à primeira parte da entrevista estruturada, permitiu que se chegasse a um perfil sobre os sujeitos da pesquisa. Em linhas gerais, os trabalhadores pesquisados distribuem-se de modo equilibrado entre os sexos masculino e feminino e entre os estados civis solteiro e casado. Em sua maioria têm idade até 34 anos e apresentam grau de instrução bastante diversificado. Grande parte deles origina-se do próprio município de Florianópolis ou de seus arredores, possuindo ou vivendo em casa própria. Apresentam uma renda mensal aproximada de até três salários mínimos, em sua maioria, e ocupam-se com atividades de caráter administrativo/comercial ou operacional/artesanal. Grande parte deles é empregada, possuindo não mais que 8 anos de serviço. Este perfil é importante para a compreensão da percepção do trabalho por eles expressa.

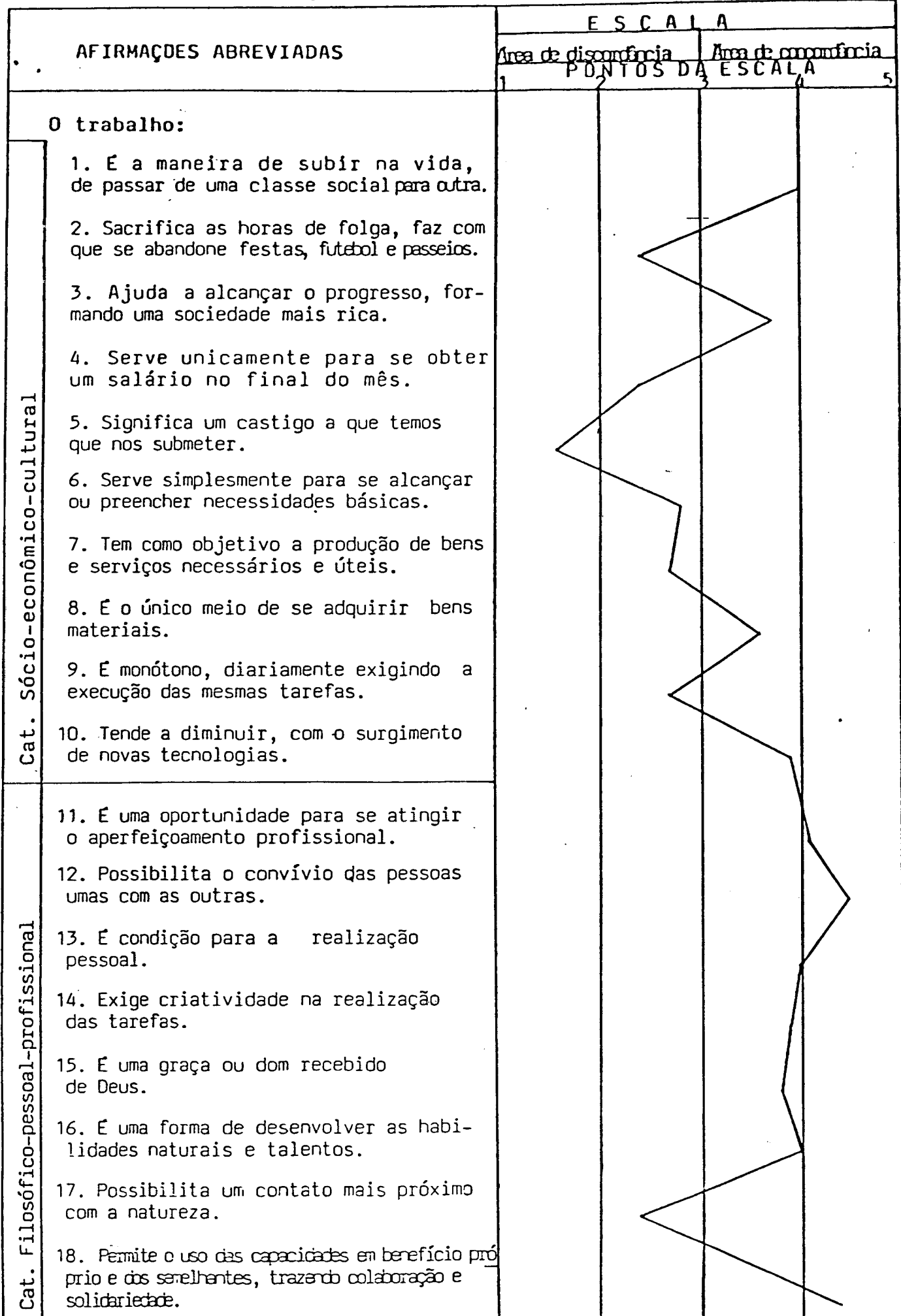
4.2.2 Percepção de trabalho encontrada

A segunda parte da entrevista estruturada contém afirmações sobre o conceito de trabalho, dispostas em escalas do tipo Likert, cujos valores variam de cinco a um. Os valores escolhidos pelos respondentes permitiram obter, para cada afirmação, um valor médio do conjunto de respostas. O uso da média possibilitou a elaboração de um gráfico de perfil, cuja curva permite analisar a tendência das respostas atribuídas a cada afirmação (Gráfico 01).

No Gráfico 01, a área correspondente aos valores de um a três denomina-se "área de discordância". Os pontos médios localizados nessa área, do ponto um ao ponto dois da escala, traduzem uma desfavorabilidade à afirmação de alta para média. Do ponto dois ao ponto três, uma desfavorabilidade de média para baixa. Os pontos médios situados no ponto três da escala indicam indecisão relativamente à afirmação em pauta.

A área abrangendo os valores de três a cinco caracteriza-se como "área de concordância". Nessa área, os pontos médios situados do ponto três ao ponto quatro da escala significam favorabilidade de baixa para média. Do ponto quatro ao ponto cinco, uma favorabilidade de média para alta.

Como já foi dito anteriormente, o Gráfico 01 apresenta o perfil das respostas dos entrevistados segundo a categoria das afirmações. Vale lembrar que as afirmações componentes da entrevista estruturada foram categorizadas, para efeitos de análise, como sócio-econômico-culturais e filosófico-pessoal-profissionais, sendo classificadas numa ou noutra categoria, de acordo com o conteúdo expresso.



O perfil traçado no Gráfico 01 evidencia que houve uma discordância predominante com relação às afirmações de caráter sócio-econômico-cultural. Das dez afirmações assim categorizadas, nenhuma obteve favorabilidade de média para alta. Dentro desta categoria, os respondentes concordaram com quatro afirmações, a saber: o trabalho é a maneira de subir na vida, de passar de uma classe social para outra; ajuda a alcançar o progresso, formando uma sociedade mais rica; é o único meio de adquirir bens materiais; tende a diminuir, com o surgimento de novas tecnologias. Estas afirmações possuem um conteúdo de caráter especificamente econômico, e a concordância dos respondentes com elas é compreensível, se verificarmos a predominância, nos dias atuais, do trabalho significando a obtenção de renda.

Das seis afirmações restantes, ainda dentro da mesma categoria em análise, apenas aquela que vincula o trabalho a um castigo a que temos que nos submeter obteve discordância de média a alta. Em relação às outras cinco, houve discordância de média para baixa, situando-se, algumas, próximas ao ponto de indecisão(*). Este resultado, parece-nos, traduz um momento de transição no conceito de trabalho e seu papel no cotidiano dos indivíduos. Parece haver uma tendência emergente no sentido de uma re-significação do trabalho e de seu conceito, a partir da qual ele vem deixando de ser visto apenas como algo que sacrifica as horas de folga, que serve unicamente para se obter um salário ou para preencher necessidades básicas, que objetiva a produção e é monótono, exigindo a execução das mesmas tarefas diariamente. Talvez o trabalho ainda apresente estas características, mas o que se evidenciou é que as pessoas não mais o concebem desta forma.

 (*) Não se pode descartar a hipótese de que as médias situadas próximas ao ponto de indecisão tenham ocorrido também em função de uma ambigüidade de sentido das afirmações em que esta situação aconteceu.

Ao contrário, a percepção apresentada pelos respondentes coadunou-se, de modo bastante próximo, com as afirmações categorizadas como filosófico-pessoal-profissionais. Como pode ser visualizado no Gráfico D1, houve concordância de média para alta com relação a sete das oito afirmações assim categorizadas. A única da qual os respondentes discordaram afirma possibilitar, o trabalho, um contato mais próximo com a natureza. Informalmente, a maioria deles registrou que o trabalho deveria propiciar este contato, mas que tal não acontece, dada a forma e os ambientes em que é desenvolvido.

A concordância com a grande maioria das afirmações classificadas dentro da categoria em questão permitiu verificar que os entrevistados concebem o trabalho como uma oportunidade para se atingir o aperfeiçoamento profissional, que exige criatividade e possibilita o convívio interpessoal, sendo condição para a auto-realização. Concebem-no, ainda, como dádiva divina, que permite o desenvolvimento dos talentos e habilidades naturais, e o uso das capacidades em benefício próprio e dos semelhantes, trazendo colaboração e solidariedade.

O Gráfico D1 evidencia uma passagem da área de discordância para a de concordância, ao serem apresentadas as afirmações de caráter filosófico-pessoal-profissional. Analisando esta mudança de posicionamento, conclui-se que a percepção do trabalho dos respondentes caracteriza-se pela valorização do trabalho como expressão filosófica, profissional e acima de tudo pessoal.

4.3 Pesquisa empírica à luz da pesquisa na história

A análise dos dados obtidos com a pesquisa empírica, à luz do referencial teórico sistematizado na pesquisa através da história, possibilitou verificar aquilo que o trabalho hoje significa.

Os autores consultados categorizam claramente o trabalho como um fenômeno sócio-econômico-cultural, ao estudá-lo retrospectivamente na história até o momento atual. Este posicionamento pode ser evidenciado especialmente em Arendt (1987), Friedmann e Naville (1973), Galbraith (1975), Guerreiro Ramos (1981, 1984), Huberman (1980), Rolle (1971) e Schumacher (1980, 1983).

Compreende-se o posicionamento destes autores, se se levar em conta o contexto histórico que formatou o trabalho tal qual hoje conhecemos, longamente explicitado na seção 2.2.4 do presente estudo, na qual são relacionados fatos históricos que conduziram à supremacia sobretudo do seu caráter econômico. É sabido que as teorias são formuladas dentro dos contextos históricos que as abrigam; portanto, os teóricos, enquanto seus formuladores ou repassadores, encontram-se impregnados daquilo que historicamente predominou, conforme pode ser evidenciado no Quadro 01.

A concordância dos respondentes com as afirmações que destacam o caráter econômico do trabalho, como não poderia deixar de ser, constitui espelho da sua realidade no momento presente, cujo significado predominante ainda se localiza na obtenção de renda.

No entanto, a mesma inquietação identificada nos autores, ao passarem da análise do trabalho atualmente para as suas perspectivas para o futuro, manifestou-se nos sujeitos da pesquisa, ao refutarem uma visão simplista e negativa a respeito do trabalho.

Se, no momento presente, o trabalho ainda acontece com o significado identificado no Quadro 01, a tendência das perspectivas para o futuro do mundo do trabalho aponta para o significado expresso no Quadro 02, qual seja, o de propiciar o bem-estar individual e social, e a auto-realização.

Os autores que traçam perspectivas para o trabalho, o vêem, no futuro, como uma atividade de caráter filosófico-pessoal-profissional, devendo pautar-se por critérios desta ordem. Pode-se deduzir, por suas colocações que, tendo as formações sociais alcançado um determinado estágio de evolução e progresso através do trabalho, a tarefa presente consiste em transformá-lo em sua forma e conteúdo, tornando-o novamente capaz de propiciar o bem-estar e a realização pessoal. Manifestam-se, de modo explícito, a este respeito Arendt (1987), Fromm, (1976,1977), Guerreiro Ramos (1952, 1981, 1984), Offe (1989), Osborne (1984), Rezende (1980) e Schumacher (1980, 1983).

O que se constatou é que os entrevistados, com a percepção que manifestaram a respeito do trabalho, comungam dessa perspectiva renovada, teorizada pelos autores. Parece continuar verdadeira, no confronto com a realidade, a afirmação de Albornoz (1988) de que o indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido à sua vida, se não for pelo trabalho.

No entanto, parece-nos que, apesar de as pessoas terem reafirmado seu desejo e sua necessidade de continuarem se ocupando com trabalho, a forma com que ele será realizado deve ser profundamente modificada, passando a ser decidida por critérios predominantemente pessoais.

Se, como se constatou, o trabalho vem sendo repensado e recebendo novo significado, passando a ser pautado por critérios de or-

dem filosófico-pessoal-profissional, acima daqueles de caráter econômico, tanto na teoria como na prática, sem tardar, ele será modificado em sua forma e conteúdo, pois as pessoas, tanto quanto puderem, opõem-se a realizá-lo sem preencher também o requisito da auto-realização.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

L

5.1 Conclusões

Como foi visto nos pressupostos teóricos utilizados no âmbito do presente estudo, cada momento histórico apresenta características diferentes, apesar dos elementos comuns. Da especificidade desses momentos emergiram relações sociais e econômicas próprias que determinaram a organização e execução do trabalho humano, de acordo com valores e códigos vigentes, conferindo-lhe historicidade. A evolução histórica dos acontecimentos não apresenta a linearidade imaginada num primeiro raciocínio; ao contrário, apresenta percalços surgidos dentro de todo um contexto que, por sua vez, conduz a história para uma ou outra direção.

Evidenciou-se que as principais diferenças no que tange ao trabalho nos diversos contextos históricos dizem respeito, durante um longo período, às formas com as quais ele se expressava. As atividades laborais do homem ao longo do seu processo evolutivo passaram por uma fase extrativista, a que se seguiu o cultivo da terra e o pastoreio, até chegar às práticas artesanais e comerciais, precursoras do trabalho industrial. Contudo, é interessante observar que, nos períodos históricos durante os quais essas atividades foram exercidas, outras de menor destaque podem ter ocorrido.

Nos primórdios da existência humana, acredita-se que a escassez tenha funcionado como principal motivador para que o homem fosse inventando atividades através das quais suas necessidades prementes pudessem ser supridas.

Apenas bem mais tarde, com a ocorrência da Revolução Industrial, começou a ser alcançado um período de abundância material, graças à tecnologia e ao trabalho empregados na produção.

Atualmente, como resultado desse processo evolutivo por que passou o trabalho, ao tempo em que se tornou possível o usufruto dos bens e serviços por ele proporcionados, a literatura aponta para um momento de grande questionamento a seu respeito: da mesma forma que se passou do trabalho livre, indiferenciado do cotidiano, ao trabalho escravo, deste ao trabalho servil e se ingressou no trabalho assalariado, que caracteriza as relações laborais no momento atual, emergem indagações sobre o futuro e as perspectivas do labor humano.

Muitos dos autores consultados questionam-se acerca do trabalho realizado no atual estágio evolutivo da humanidade, no tocante às suas formas e relações predominantes, que dificultam ou impedem os trabalhadores de auto-realizar-se. Como foi visto anteriormente, a Revolução Industrial foi um fato histórico que provocou uma radical mudança no mundo do trabalho, intensificando-o à exaustão para atender às circunstâncias vigentes. Atualmente, no entanto, outros fatos vêm ocorrendo que apontam a necessidade de se procederem modificações no contexto do trabalho, não apenas com referência às suas formas, mas principalmente no seu conteúdo.

Os arcabouços teóricos apresentados demonstraram claramente as perspectivas de o trabalho ser re-direcionado no sentido de um caráter filosófico-pessoal-profissional.

A pesquisa empírica realizada constatou que a percepção dos trabalhadores a respeito do trabalho se molda igualmente nos termos apontados pela teoria, refutando o trabalho penoso e sem sentido, e corroborando as formulações teóricas.

Não obstante a constância do trabalho em todos os momentos históricos, como demonstrou o "continuum" evolutivo traçado no capítulo 2, no momento presente, a economia o tem valorizado apenas enquanto meio de proporcionar a realização do homem como ser biológico e social, desconhecendo ou subestimando seu potencial em prover também a realização humana do ponto de vista espiritual e psicológico. Parece-nos que tal acontece em razão das formas de organização do trabalho adotadas, que o impedem de ser gratificante. Para estas, persiste o modelo de trabalho industrial, vinculado apenas ao aspecto econômico e desprezando os demais.

A concepção dos teóricos do assunto e a percepção expressa pelos trabalhadores configura claramente o trabalho como produto de uma evolução histórica na qual determinados acontecimentos provocaram este direcionamento, no sentido da valorização excessiva do fator econômico como justificativa para o trabalho. Em consequência, seu significado foi se reduzindo a um ponto em que parece haver sucumbido o sentido do trabalho humano.

É inegável, no entanto, que, em decorrência dos fatos ocorridos, o trabalho evoluiu a um ponto que hoje o sujeita a mudanças técnicas muito rápidas, que alteram, por conseguinte, sua concepção, seu significado e até mesmo sua finalidade.

Se, ao longo da história, o trabalho significou a sobrevivência, posteriormente a obtenção de excedentes e, mais tarde, a obtenção de renda, os dados colhidos neste estudo permitiram identificar um momento a partir do qual a modificação, ou, ao menos, a ampliação do significado do trabalho é iminente: através dele, as pessoas manifestaram a importância de obter também o bem-estar individual social, e a realização pessoal, numa atitude de resgate do sentido

do trabalho.

Ocorre, na verdade, uma revisão do conceito e da própria execução prática do trabalho, que aponta no sentido de torná-lo gratificante e significativo.

Muito lentamente, percebe-se que o trabalho não significa apenas labuta e esforço, por um lado, e renda por outro, mas produz também indenizações e vantagens dificilmente substituíveis no tempo livre, como "status" e reconhecimento, identidade e auto-consciência, contato com outras pessoas, alívio de necessidades, responsabilidade própria e permanente pelo conteúdo de suas próprias atividades e do seu uso do tempo.

Psicologicamente, o trabalho leva à obtenção de uma identidade mais global, tendo em vista uma maior diversificação nos referenciais, que fortalece a personalidade e, ao mesmo tempo, a flexibiliza.

Segundo Schein (1982), é preciso questionar em que medida ele proporciona ao trabalhador liberdade, independência e arbítrio para esquematizá-lo e determinar de que modo será realizado. A variedade de aptidões, a identidade com a tarefa e a sua importância, em conjunto, determinam em que grau o trabalhador experimenta seu trabalho como significativo. Segundo ele, * não basta apenas conhecer os motivos pelos quais os indivíduos trabalham; é preciso procurar uma reestruturação prática do trabalho, verificar o que está molestando o trabalhador e mudar para melhor.

A pesquisa empírica realizada constatou a expressão de um desejo dos trabalhadores de não mais exercerem o trabalho penoso, sem tempo para o convívio social e sem que seja pessoalmente gratificante. Ao contrário, trabalhar, na percepção encontrada, volta-se para o sentido de ocupar-se, com a adoção de formas compatíveis com um mundo de

trabalho digno.

Como constatamos, a percepção a respeito do trabalho já se volta neste sentido, o que nos permite concluir com Cunha (1987) que, se o trabalho, em uma comunidade real, perde a substância de atividade imposta; se passa a corresponder à manifestação de si, do indivíduo, e não de sistemas, de processos ou de classes; se se dissolve no agir humano em função de valores intrínsecos e não como ação central e determinante da vida, então não há lugar para a existência de uma parcela de tempo ou de atividades contrapostas ao trabalho. Ambos podem fundir-se, unindo a existência à essência, o subjetivo ao objetivo, o interior ao exterior, em uma expressão concreta de liberdade e de satisfação.

O conjunto de informações e questionamentos sistematizados no estudo que ora se conclui possibilitou, além da obtenção de respostas aos objetivos da pesquisa, verificar a decisiva influência das circunstâncias vigentes em cada momento no comportamento daqueles que as vivenciam, e que se traduz em atitudes e concepções muito específicas, porém mutáveis, ao sabor dos novos acontecimentos e contextos. Ainda, permitiu constatar o quanto o trabalho é inerente às pessoas, quão estreitas são suas relações com aquele e quanto empenho há na tentativa de renovar efetivamente esta relação, na direção da auto-realização, do crescimento pessoal e do resgate do trabalho no sentido da ocupação.

Foi possível também chegar à compreensão das razões que, historicamente, transformaram o trabalho no eixo central da vida humana de nossos dias, satisfazendo, assim, as motivações que originaram o presente estudo.

Além de atender estas necessidades subjetivas, a pesquisa que ora se conclui pode fornecer subsídios à elaboração de outros trabalhos sobre o assunto.

5.2 Recomendações

Sugere-se a realização de novas pesquisas visando, entre outros pontos, aprofundar questões correlatas à que foi objeto deste estudo, não suficientemente elucidadas, como:

- a) a diferença empírica entre os conceitos de emprego e trabalho;
- b) a qualificação dos conceitos de trabalho auto-determinado e trabalho participativo;
- c) a satisfação no trabalho em contextos de desemprego;
- d) o conceito de trabalho sob os pontos de vista patronal e de dirigentes sindicais;
- e) a aplicação de pesquisa empírica semelhante à que se desenvolveu no presente trabalho, no contexto de organizações, de modo a se obter a percepção sobre o trabalho de trabalhadores cuja rotina laboral cotidiana também seja estudada, tecendo comparações entre a forma pela qual se percebe e o que acontece na prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. 102 p.
- ALEMANHA. Departamento de Imprensa e Informação. Economia e sociedade : public document. Informação. Bonn : nov. 1979.
- ANDERSON, Perry. Passagens da antigüidade ao feudalismo. 2. ed. Porto : Afrontamento, 1982. 326 p.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987. 338 p.
- BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo : Cultrix, 1977. 540 p.
- BERGER, Johannes e OFFE, Claus. O futuro do mercado de trabalho : a necessidade de complementação de um princípio distributivo fracassado. In: OFFE, Claus. Trabalho e sociedade : problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. 215 p. v. I.
- BOYD JR. H. W. e WESTFALL, R. Pesquisa mercadológica : texto e casos. Rio de Janeiro : Aliança, 1964. v. II. p. 333-339.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro : Zahar, 1987. 379 p.

BROWN, E. H. Phelps. Trabalho. In: SILVA, Benedito. Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 1248-1250.

BRUNO, Lúcia e SACCARDO, Cleusa (Coord.). Organização, trabalho e tecnologia. São Paulo : Atlas, 1986. 154 p.

BUENO, Francisco da S. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo : Lisa, 1988. v. 8, p. 4020.

CAMARGO, Luiz O. Lima. O que é lazer. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1989. 100 p.

CIPOLLA, Carlo M. História econômica da população mundial. Rio de Janeiro : Zahar, 1977. 141 p.

CODO, Wanderley. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, Sílvia T. M. e CODO, Wanderley (org.). Psicologia social : o homem em movimento. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 220 p.

----- . Saúde mental e trabalho : uma urgência prática. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília : Conselho Federal de Psicologia, v 8, n. 2, p. 20-24, 1988.

- CUNHA, Newton. A felicidade Imaginada : a negação do trabalho e do lazer. São Paulo : Brasiliense, 1987. 85 p.
- DICIONÁRIO prático Ilustrado. Porto : Lello e Irmão Editores, 1962.
- DRUCKER, Peter F. Fator humano e desempenho : o melhor de Peter F. Drucker sobre administração. São Paulo : Pioneira, 1981. 451 p.
- DURANT, Will. História da civilização . São Paulo : Nacional, 1955. Tomo II, 1ª e 2ª partes.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo/Rio de Janeiro : Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1989. v. 19 e 20, p. 10963-10969.
- ENCICLOPÉDIA Universal Ilustrada Europeo Americana. Madrid : Espasa-Calpe, 1928. Tomo LXIII. p. 115-137.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro. 7. ed. Rio de Janeiro : Globo, 1987. v. 1 e 2. 750 p.
- FARIA, Ricardo M. e MARQUES, Ademar M. Nossa história : história geral. Belo Horizonte : Lê, 1984. 159 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, [s.d.]. p. 1393.

•
FERRETI, Celso J. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo : Cortez, 1988. 109 p.

FINLEY, M. I. A economia antiga. Porto : Afrontamento, 1973. 242 p.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. História da Indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte). São Paulo : Global, 1982. 416 p.

FRANCO JR., Hilário. O feudalismo. 8. ed. São Paulo : Brasiliense, [198_]. 104 p.

FREIRE, Paulo. Multinacionais e trabalhadores no Brasil. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1979. 226 p.

FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre (Org.). Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo : Cultrix/Edusp, 1973. v. I , II.

FROMM, Erich. O medo à liberdade. 10. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1977. 235 p.

----- . Psicanálise da sociedade contemporânea. 8. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976. 347 p.

GALBRAITH, John Kenneth. A economia e o objetivo público. São Paulo : Martins, 1975. 357 p.

- GAMA, Ruy. A tecnologia e o trabalho na história. São Paulo : Nobel/Edusp, 1987. 239 p.
- GOMEZ, Carlos M. et al. Trabalho e conhecimento : dilemas na educação do trabalhador. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1987. 92 p.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Administração e contexto brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1983. 366 p.
- . A nova ciência das organizações : uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1981. 209 p.
- . A sociologia industrial: formação - tendências atuais. Rio de Janeiro : [s.n.], 1952. 176 p.
- . Modelos de homem e teoria administrativa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro , v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./Jun. 1984.
- HEILBRONER, Robert L. A formação da sociedade econômica. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. 284 p.
- HIRSCHMAN, Albert O. As paixões e os interesses : argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 127 p.

- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 16. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980. 318 p.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa. O trabalho e a formação da subjetividade. Porto Alegre , [198_]. 6 p. (Mimeo).
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais : um tratamento conceitual. São Paulo : EPU/EDUSP, 1980. 378 p.
- KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem : a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1987. 133 p.
- LINHART, Robert. Greve na fábrica. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 147 p.
- MARCUSE, H. A Ideologia da sociedade industrial : o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. 238 p.
- MOSER, Anita. A nova submissão : mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre : Edipaz, 1985. 128 p.
- . O processo de trabalho. Florianópolis : UFSC, [198_]. 27 p. (Mimeo).
- NOUGIER, Louis-René. En los orígenes del trabajo. Barcelona : Gri-Jalbo, 1974. 70 p.

- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, Claus. Trabalho e sociedade : problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. 215 p. v. I.
- OLIVEIRA, Carlos R. de. História do trabalho. São Paulo : Ática, 1987. 94 p.
- OSBORNE, Adam. A nova revolução industrial na era dos computadores. São Paulo : Mc Graw-Hill do Brasil, 1984. 159 p.
- PIMENTA, Joaquim. Enciclopédia de cultura (Sociologia e Ciências Correlatas). Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1955. p. 370-376.
- POLANYI, Karl. A grande transformação : as origens da nossa época. Rio de Janeiro : Campus, 1980. 306 p.
- RÊZENDE, Ubiratan S. Teoria organizacional : dogmática ou ideologia. Florianópolis : UFSC, 1980. 49 p. (Cadernos do Curso de Pós-Graduação em Administração).
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social : métodos e técnicas. São Paulo : Atlas, 1985. 287 p.
- RIoux, J. P. A revolução industrial : 1780 - 1880. São Paulo : Pioneira, 1975. 216 p.

RODÓ, José Enrique. Arlel. 5. ed. Madrid : Espasa-Calpe , 1975.
155 p.

ROLLE, Pierre. Introdução à sociologia do trabalho. Lisboa : Larousse,
1971. 299 p.

SÁVTCHENKO, P. Que é o trabalho? Moscou : Progresso, 1987. 239 p.

SCHEIN, Edgar H. Psicologia organizacional. 3. ed. Rio de Janeiro :
Prentice-Hall do Brasil, 1982. 211 p.

SCHOECK, Helmut. Diccionario de sociología. 4. ed. Barcelona : Her-
der, 1985. p. 730-731.

SCHUMACHER, E. F. El buen trabajo. Madrid : Debate, 1980. 185 p.

----- . O negócio é ser pequeno. 4. ed. Rio de Janeiro :
Zahar, 1983. 261 p.

SOUZA, Paulo Renato. O que são empregos e salários. São Paulo : Bra-
siliense, 1981. 89 p.

STEVENSON, William J. Estatística aplicada à administração. São Pau-
lo : Harper e Row do Brasil, 1981. 495 p.

SWEEZY, Paul et al. A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio
de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 196 p.

TAMAMES, Ramón. Crítica dos limites do crescimento. Lisboa : Dom Quixote, 1983. 341 p.

THEIS, Ivo M. Crescimento econômico e demanda de energia no Brasil de 1930 a 1980. Florianópolis, 1988. 428 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

TOFFLER, Alvin. A terceira onda. 16. ed. Rio de Janeiro : Record, 1980. 491 p.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4. ed. São Paulo : Pioneira, 1985. 233 p.

----- . História geral da economia. São Paulo : Mestre Jou, 1968. 367 p.

A N E X O S

A N E X O 1

CARTA DE APRESENTAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP. 88049 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (0482) - 33.1000 - TELEX: 0482 240 —
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO


CARTA DE APRESENTAÇÃO

Atesto para fins de estudos acadêmicos que a Sra. EDITE KRAWULSKI é aluna do Curso de Mestrado em Administração da UFSC e está empenhada em pesquisar a concepção de trabalho dos moradores do município de Florianópolis, sob minha orientação.

As informações colhidas serão utilizadas unicamente para a elaboração de sua dissertação de mestrado.

Sua colaboração será de fundamental importância, na medida em que estará enriquecendo a qualidade de sua tese.

Cordialmente,


Prof. Dr. FRANCISCO G. HEIDEMANN
Orientador

Florianópolis, junho de 1989.

A N E X O 2

ENTREVISTA ESTRUTURADA

ENTREVISTA ESTRUTURADA

PARTE: Dados básicos

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado civil: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Grau de Instrução: _____

Município de origem: _____

Possui ou vive em casa própria ? _____

Renda mensal aproximada: NCz\$ _____

Ocupação principal: _____

Empregado ou autônomo ? _____

Tempo de serviço: _____

PARTE: Esta parte é composta por afirmações sobre o conceito de trabalho. Para cada uma das afirmações relacionadas abaixo ASSI-
NALE O NÚMERO QUE INDICA SUA AVALIAÇÃO SOBRE A IDÉIA EM QUES-
TÃO. A escala varia de 1 a 5, com a seguinte interpretação:

- 5 - Concordo totalmente;
- 4 - Concordo;
- 3 - Estou indeciso;
- 2 - Discordo;
- 1 - Discordo totalmente;

TRABALHO, NO SEU MODO DE VER:

é a maneira de subir na vida, isto é, passar de uma classe social para outra;

1 2 3 4 5

sacrifica as horas de folga, isto é, geralmente exige que se abandone festas, futebol e passeios para poder trabalhar;

1 2 3 4

ajuda alcançar o progresso, ou seja, permite a formação de uma sociedade mais rica;

1 2 3 4 5

serve unicamente para se obter um salário no final do mês;

1 2 3 4 5

é uma oportunidade para se atingir o aperfeiçoamento profissional;

1 2 3 4 5

significa um castigo a que temos que nos submeter;

1 2 3 4 5

serve simplesmente para se alcançar ou preencher necessidades básicas, como por exemplo higiene, alimentação, segurança etc...

1 2 3 4 5

possibilita o convívio das pessoas umas com as outras, em grupos;

1 2 3 4 5

é condição para a realização pessoal;

1 2 3 4 5

tem como objetivo apenas a produção de bens e serviços necessários e úteis à sociedade;

1 2 3 4 5

é o único meio de se adquirir bens materiais;

1 2 3 4 5

exige criatividade na realização das tarefas;

1 2 3 4 5

é uma graça ou dom recebido de Deus;

1 2 3 4 5

é uma atividade na qual as pessoas desenvolvem suas habilidades naturais, isto é, seus talentos;

1 2 3 4 5

é monótono, porque exige a execução das mesmas tarefas diariamente;

1 2 3 4 5

possibilita que se tenha um contato mais próximo com a natureza;

1 2 3 4 5

tende a diminuir, na medida em que vão surgindo novas tecnologias;

1 2 3 4 5

permite que as pessoas usem suas capacidades em benefício próprio e de seus semelhantes, ou seja, traz colaboração e solidariedade;

1 2 3 4 5

A N E X O 3

CATEGORIZAÇÃO DAS AFIRMAÇÕES
DA ENTREVISTA ESTRUTURADA
(Categorias sócio-econômico-
cultural e filosófico-pessoal-
profissional)

•

categorização das afirmações da Entrevista Estruturada (categorias sócio-econômico-cultural e filosófico-pessoal-profissional)

CATEGORIAS

AFIRMAÇÕES

sócio-econômico-cultural | O trabalho é a maneira de subir na vida,
| isto é, passar de uma classe social para
| outra;

sócio-econômico-cultural | O trabalho sacrifica as horas de folga,
| isto é, geralmente exige que se abandone
| festas, futebol e passeios para poder
| trabalhar;

sócio-econômico-cultural | O trabalho ajuda alcançar o progresso,
| ou seja, permite a formação de uma so-
| ciedade mais rica;

sócio-econômico-cultural | O trabalho serve unicamente para se ob-
| ter um salário no final do mês;

sócio-econômico-cultural | O trabalho significa um castigo a que
| temos que nos submeter;

sócio-econômico-cultural | O trabalho serve simplesmente para se
| alcançar ou preencher necessidades bá-
| sicas, como por exemplo higiene, alimen-
| tação, segurança, etc....;

ocio-econômico-cultural | O trabalho tem como objetivo apenas a
| produção de bens e serviços necessários
| e úteis à sociedade; ___
|

ocio-econômico-cultural | O trabalho é o único meio de se adquirir
| bens materiais;
|

ocio-econômico-cultural | O trabalho é monótono, porque exige a
| execução das mesmas tarefas diariamente;
|

ocio-econômico-cultural | O trabalho tende a diminuir, na medida
| em que vão surgindo novas tecnologias;
|

losófico-pessoal- | O trabalho é uma oportunidade para se
ofissional | atingir o aperfeiçoamento profissional;
|

losófico-pessoal- | O trabalho possibilita o convívio das
ofissional | pessoas umas com as outras, em grupos;
|

losófico-pessoal- | O trabalho é condição para a realiza-
ofissional | ção pessoal;
|

losófico-pessoal- | O trabalho exige criatividade na rea-
ofissional | lização das tarefas;
|

losófico-pessoal- | O trabalho é uma graça ou dom recebido
ofissional | de Deus;
|

filosófico-pessoal-
profissional

| O trabalho é uma atividade na qual as
| pessoal desenvolvem suas habilidades
| naturais, isto é, seus talentos;

filosófico-pessoal-
profissional

| O trabalho possibilita que se tenha um
| contato mais próximo com a natureza;

filosófico-pessoal-
profissional

| O trabalho permite que as pessoas usem
| suas capacidades em benefício próprio e
| de seus semelhantes, ou seja, traz co-
| laboração e solidariedade;
